



1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 DADOS DA CONTRATAÇÃO

Programa: Minha Casa Minha Vida	Contrato CAIXA nº PT: 0307.131-76
Ação/Modalidade: PMCMV– Faixa 1	Fonte de recursos: Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
Empreendimento: Residencial São Domingos	
Localização/Município: Rua Domingos Alves Ribeiro, 65 – Jangurussu – Fortaleza	UF: CE
Proponente/Agente Promotor: Prefeitura Municipal de Fortaleza	
Telefone: (85) 3488.3376 / (85) 3488-3377 / (85) 3488-3379	
E-mail: presidenciahabitafor@fortaleza.ce.gov.br	
Agente executor: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR	
Telefone: (85) 3488-3376	Email: habitafor@fortaleza.ce.gov.br

1.2 VALORES DA INTERVENÇÃO

Composição do Investimento	Obras	PTS	Gestão Condominial	TOTAL
Repasse/Financiamento	5.227.732,58	80.016,36	26.672,11	5.334.421,05

2 EXECUÇÃO DO PTS

2.1 RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Área gestora do Trabalho Social: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR) – Núcleo Social do Programa Minha Casa Minha Vida	
Responsável técnica social: Andreia Cavalcanti Coelho de Almeida	
Formação: Assistente Social	Registro profissional: CRESS nº 4504 3ª região/CE
Telefone: (85) 3488-3379	Email: cca.andreia@gmail.com

2.2 PRAZOS E REGIME DE EXECUÇÃO

Prazo de obras	Prazo do PTS	Forma de execução do PTS
Entregue em 2013	12 meses	Indireta
Empresa responsável pela elaboração do PTS: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR		



3 APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR vem desde 2003 trabalhando junto à política habitacional do município de Fortaleza no tocante à garantia do direito à moradia digna para a população de Fortaleza tendo em vista a redução do déficit habitacional no município que conforme dados da Fundação João Pinheiro – FJP (2010) era de 95.166 unidades. Ainda segundo esta Fundação (2009) entende-se por déficit habitacional “a noção mais imediata e intuitiva da necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento”.

Ressalta-se que o cálculo do déficit habitacional compreende as seguintes variáveis: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados FJP (Fundação João Pinheiro, 2010).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a projeção da população brasileira em 2014 giraria em torno dos 201 (duzentos e um) milhões de habitantes. A cidade de Fortaleza consiste da 5ª (quinta) maior capital do país com 314,930 km², e apresenta o número de 2.452.185 pessoas residentes, conforme censo do ano de 2010 do IBGE.

Com a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, à requalificação de imóveis urbanos e à produção ou reforma de habitações para famílias brasileiras, o Governo Federal lançou em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. A execução do referido Programa pode ser realizada pelos estados e municípios, com a gerência do Ministério das Cidades e operacionalização pela Caixa Econômica Federal – CEF ou Banco do Brasil. Os recursos do Minha Casa Minha Vida decorrem do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR que se subdividem em duas propostas distintas:

1 Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU



Objetiva promover a construção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos, para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

2 Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR

Objetiva construir ou reformar imóveis de agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Dentro do Programa Nacional de Habitação Urbano – PNHU existem faixas de renda definidas para aquisição e alienação dos imóveis. Na Faixa 1 o Programa objetiva a produção de unidades habitacionais, que depois de concluídas são vendidas sem arrendamento prévio, às famílias que possuem renda familiar mensal até R\$1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais).

Paralela à produção de habitações de interesse social definiu-se em normativos específicos do Ministério das Cidades (Portarias e Resoluções) que versam sobre o planejamento e execução de ações relativas ao Trabalho Social mediante a produção de um Projeto de Trabalho Social - PTS que deve ser implementado com as famílias beneficiárias no PMCMV (Portariano 168, de 12 de abril de 2013 e Portaria nº 21 de 22 de janeiro de 2014).

O município de Fortaleza entregou desde 2011, 6 (seis) residenciais do PMCMV, totalizando 976 unidades habitacionais. O presente projeto trata especificamente do empreendimento Residencial São Domingos, localizado à Rua Domingos Alves Ribeiro, 65 – Jangurussu, na área de abrangência da Secretaria Regional VI. O Residencial é constituído por 120 unidades habitacionais e a seleção das famílias beneficiárias se deu na gestão municipal de 2009-2012. O mesmo teve a data de entrega determinada para dezembro de 2012, contudo às vésperas deste evento o Residencial foi ocupado irregularmente, acarretando o início de um processo judicial de reintegração de posse. Após dez meses de tramitação do Processo nº 0800.879-25.2012.4.05.8100 junto à 1ª Vara da Justiça Federal, que tratou do litígio concernente à ocupação irregular do residencial, transitou em julgado o resultado na ação favorável de reintegração de posse, definindo assim que as famílias anteriormente selecionadas pela gestão municipal deveriam ser contempladas.

Cabe acrescentar que dentre as 120 (cento e vinte) famílias ocupantes havia o quantitativo de 31 (trinta e uma) famílias previstas na listagem de beneficiários já previstos pela HABITAFOR.



Com a reintegração de posse das unidades habitacionais foram realizados eventos de assinatura do contrato, iniciando pelas 31 (trinta e uma) famílias que participaram da ocupação irregular e que estavam antevistas ao beneficiamento. A assinatura de contrato destas ocorreu a partir do dia 21 de outubro de 2013 e precedeu ao restante dos beneficiários visto que as referidas já residiam no empreendimento, formalizando assim apenas a posse do imóvel. As demais famílias beneficiárias realizaram a assinatura nas datas subsequentes e em seguida realizaram suas respectivas mudanças para o residencial.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a evolução nas formas de pensar e realizar ações voltadas para o campo das políticas de habitação no Brasil adotou-se a perspectiva de valorização da democracia, organização social e participação da comunidade nos processos decisórios. O Trabalho Social - TS enquanto um instrumento de cidadania possibilita a participação da população beneficiária na tomada de decisões sobre suas necessidades e a realidade na qual está inserida, garantindo assim um espaço para sua participação e posicionamento possibilitando a readequação das ações previstas às necessidades particulares daquele público específico, alvo da intervenção, contribuindo assim, para a sustentabilidade e o sucesso das intervenções.

O TS no Residencial São Domingos mostra-se relevante por tratar-se de um empreendimento inserido na nova perspectiva de gestão municipal das habitações de interesse social, com foco na participação e promoção da cidadania dos beneficiários. Como definido nos normativos específicos que o regulamentam, o TS deve iniciar-se antes da transferência das famílias para as novas unidades habitacionais, porém tendo em vista que isso não se concretizou no empreendimento em questão, buscaremos conciliar as especificações para sua produção a realidade posta de pós-ocupação e considerando também o fato do empreendimento ter sido contratado e construído em data posterior a 2013, foi utilizada a legislação vigente na época da contratação do mesmo. Desta forma para a elaboração do presente documento foi utilizado o arcabouço teórico contido no Caderno de Orientação Técnico Social – COTS de maio de 2013.



No universo dos residenciais do PMCMV/FAR já entregues pela Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF, o Residencial São Domingos destaca-se como um empreendimento cuja situação é bem peculiar e as ações programadas para ele também devem considerar suas particularidades. Como já citado anteriormente o mesmo foi alvo de uma ocupação irregular, sendo parte destes ocupantes, pessoas já previamente selecionadas para o beneficiamento nele e outro aspecto preponderante é o fato de uma beneficiária ser a líder comunitária da ocupação.

Deste feito, a residência destas famílias no empreendimento efetivou-se desde o princípio num contexto conflituoso e o Trabalho Social - TS, portanto, deverá implementar suas ações/atividades considerando a peculiaridade do empreendimento em questão.

4.1 Critérios de seleção e hierarquização das famílias

A seleção das famílias a serem beneficiadas no PMCMV está dentro das atribuições do município responsável através da operação contratada e deve considerar critérios nacionais e municipais para hierarquização e elegibilidade. Os critérios nacionais de priorização para seleção de beneficiários no Programa segundo a Portaria nº 595/2013 conforme disposto também na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009 são:

- a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
- c) famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

Já os critérios locais aprovados pelo Município de Fortaleza mediante Resolução nº 47 de 27 de agosto de 2013 (ANEXO B) são os seguintes:

I – Famílias beneficiárias do Programa de Locação Social, conforme o Artigo 13 da Lei Municipal nº 9.798/2011;

II – Famílias numerosas, que configure densidade excessiva de moradores por dormitório (número médio de moradores superior a três por cômodo utilizado como dormitório), bem como coabitação familiar, que compreenda a soma das famílias conviventes secundárias (apenas aquelas



com intenção de constituir domicílio exclusivo são consideradas déficit habitacional) e das que vivem em domicílios localizados em cômodos – exceto cedido por empregador;

III – Famílias da qual façam parte membros com doenças crônicas (HIV, câncer, hemofilia, cardiopatias graves). § 1º - No caso de famílias com pessoas com deficiência e idosos, o CMAS Fortaleza recomenda priorizar àquelas contempladas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC); § 2º - No caso de beneficiários do Programa de Locação Social, o CMAS Fortaleza recomenda priorizar os egressos dos Serviços de Acolhimento Institucional.

É importante frisar que os beneficiários do Programa devem estar obrigatoriamente inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚNICO ou serem inseridos no decorrer do processo de seleção e hierarquização.

Vale lembrar que o Residencial São Domingos foi o último empreendimento que foi entregue do PMCMV na gestão municipal de 2009-2012. Em decorrência disto, a seleção das famílias beneficiadas foi realizada ainda no período da gestão supramencionada, portanto, ainda não haviam sido publicados os critérios locais de seleção, não sendo os mesmos utilizados na ocasião da seleção destas famílias.

A seleção das famílias residentes no Residencial São Domingos se deu no decorrer do ano de 2012 pela HABITAFOR, tendo a instituição providenciado a documentação para análise das famílias por meio de dossiês encaminhados posteriormente à CEF para validação das mesmas. Após retorno da avaliação executada pela instituição financeira foi elaborada a lista definitiva, contendo as 120 (cento e vinte) famílias previstas a serem beneficiadas no Residencial. No dia 17 de dezembro de 2012, no período da manhã, as famílias participaram dos eventos de visita guiada e reunião informativa no residencial, e logo após loteamento/sorteio das unidades. Nesta ocasião foram escolhidas junto à 88 (oitenta e oito) famílias presentes, as unidades habitacionais as quais seriam beneficiadas.

A aplicação dos instrumentais utilizados pela HABITAFOR denominados de Boletins de Informações Cadastrais- BIC's que contém as informações socioeconômicas das famílias foram preenchidos com estas antes da data prevista para a primeira entrega. Entretanto, em decorrência da tramitação do processo de reintegração de posse foi determinada a realização de novas visitas



domiciliares que aconteceram em abril de 2013, momento este em que foram preenchidos novos BIC's. Para a elaboração deste diagnóstico foram tabulados os dados das 120 famílias beneficiadas no residencial conforme os últimos BIC's aplicados no período acima mencionado.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo geral

Proporcionar a execução de um conjunto de ações de caráter informativo e educativo junto aos beneficiários de forma a promover o exercício da participação cidadã, favorecendo a organização da população e a gestão comunitária, a fim de estimular a boa convivência entre as lideranças conflitantes existentes no empreendimento, fortalecer as potencialidades individuais e coletivas, promover a formação/capacitação profissional e qualificação de mão de obra para posterior inserção no mercado de trabalho impactando diretamente na geração de renda. Proporcionar ainda a sensibilização, esclarecimento, orientação e promoção da sustentabilidade do Residencial através de ações de educação ambiental e patrimonial com foco na adequada destinação de resíduos contribuindo na perspectiva de fortalecer a melhoria da qualidade de vida das famílias.

5.2 Objetivos específicos

- ✓ Apresentar as atividades planejadas nos eixos pré-definidos, estabelecendo assim, o início de boa relação e convivência entre as famílias do residencial e a equipe técnica do TS;
- ✓ Identificar as demandas existentes das famílias beneficiárias, bem como realizar os encaminhamentos pertinentes;
- ✓ Fortalecer e estimular o bom relacionamento entre as representações comunitárias existentes no residencial;
- ✓ Interligar as ações dos trabalhos realizados pelo TS com as atividades de gestão condominial;





- ✓ Conhecer os equipamentos existentes no entorno do empreendimento dos quais os beneficiários não conheçam ou não façam uso, esclarecer suas funções e atividades desenvolvidas;
- ✓ Estimular a integração das famílias com as entidades da sociedade civil representadas por associações, organizações não governamentais e afins;
- ✓ Estimular uma melhor qualidade de vida das pessoas acometidas por doenças crônicas, incentivar a prevenção das mesmas através de hábitos saudáveis e conscientizar a população a cultivar o hábito de imunizar-se das doenças preveníveis através de vacinação;
- ✓ Sensibilizar as famílias acerca da importância da separação do lixo e da coleta seletiva, a fim de propiciar um ambiente coletivo mais saudável e ecologicamente sustentável;
- ✓ Sensibilizar as famílias acerca da importância da arborização das áreas no que diz respeito à redução da temperatura ambiente, da poluição urbana, na redução dos ruídos e da incidência dos raios solares nas habitações;
- ✓ Promover a prevenção do uso de álcool, crack e outras drogas;
- ✓ Esclarecer e divulgar as famílias acerca das possibilidades de benefícios oriundos do Cadastro Único, tais como tarifa social de energia, carteira nacional de habilitação popular, telefone popular, isenção de concursos públicos federais, Programa Bolsa Família, Carteira Nacional do Idoso, Passe-Livre para Pessoa com Deficiência, outros programas, projetos e benefícios criados localmente;
- ✓ Incentivar/Estimular a busca por melhores índices de escolaridade, a fim de ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho;
- ✓ Promover a inserção no mercado de trabalho, através da capacitação/qualificação profissional;
- ✓ Incentivar a readequação da renda da família e orientar estas famílias a planejar e organizar suas finanças incluindo em suas despesas cotidianas as taxas condominiais;
- ✓ Identificar o nível de satisfação das famílias beneficiadas, bem como os resultados obtidos com as atividades realizadas com o trabalho social.



6 PROPOSTA

Considerando os aspectos já expostos e a necessidade de executar prontamente o TS, em consonância com a solicitação feita à Prefeitura Municipal pela Caixa Econômica Federal, elaborou-se a presente proposta de Trabalho Social consoante as necessidades identificadas entre a população. Tal projeto obteve embasamento através de levantamento realizado *in loco* nas unidades habitacionais, com aplicação de instrumental específico junto aos beneficiários. A execução das atividades do TS possui elevada relevância de forma a não comprometer ainda mais o acompanhamento socioeducativo das famílias beneficiárias do projeto, já desfavorecidas com o longo período de litígio decorrente da ação de reintegração e do período já transcorridos desde a efetiva ocupação regular.

O PTS contempla ações/atividades que complementam a ação estrutural de realocação das famílias, englobando os eixos de atuação: Mobilização e Organização Comunitária, Geração de Trabalho e Renda e Educação Sanitária e Ambiental. A HABITAFOR, através do Ofício nº 1245/2014 (ANEXO A), deixou a cargo da Caixa Econômica Federal a contratação de empresa especializada para realização das atividades do Eixo de Gestão Condominial.

Cada um destes eixos supracitados do TS deve prever e contemplar conteúdos mínimos e ações efetivas para a promoção destes, sendo de responsabilidade da Entidade Proponente/Executora a Prefeitura Municipal de Fortaleza através da HABITAFOR seu planejamento e execução ou ser o mesmo terceirizado mediante processo licitatório. Para a execução do Trabalho Social no Residencial São Domingos, a gestão municipal optou pela execução de forma indireta, por meio da contratação de pessoa jurídica com experiência comprovada em ações socioeducativas em intervenções de habitação.

7 DIAGNÓSTICO

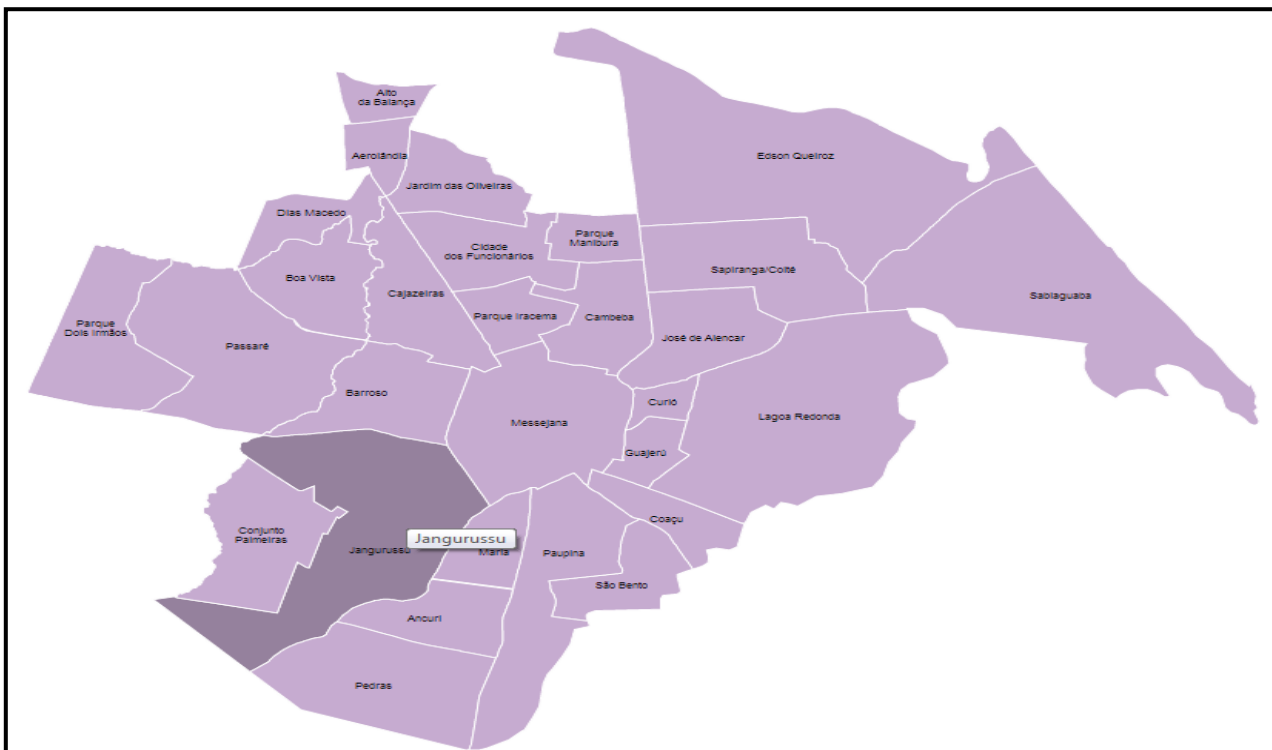
7.1 Caracterização da área de intervenção e seu entorno

7.1.1 Localização da área de intervenção



O bairro Jangurussu está localizado na área de abrangência da Secretaria Executiva Regional VI (SER VI) a sudeste do município de Fortaleza. Esta Regional é compreendida por 29 bairros, a saber: Aerolândia, Ancuri, Alto da Balança, Barroso, Boa Vista (unificação do Castelão com Mata Galinha), Cambeba, Cajazeiras, Cidade dos Funcionários, Coaçu, Conjunto Palmeiras (parte do Jangurussu), Curió, Dias Macedo, Edson Queiroz, Guajerú, Jangurussu, Jardim das Oliveiras, José de Alencar (antigo Alagadiço Novo), Messejana, Parque Dois Irmãos, Passaré, Paupina, Parque Manibura, Parque Iracema, Parque Santa Maria (parte do Ancuri), Pedras, Lagoa Redonda, Sabiaguaba, São Bento (parte do Paupina) e Sapiranga. Tais bairros correspondem a cerca de 42% do território de Fortaleza e possuem um número aproximado de 600 mil habitantes segundo dados da PMF.

MAPA 1 – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA SECRETARIA REGIONAL VI



Fonte: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais/regional-VI>.

No tocante à ocupação da área, em decorrência da existência do aterro sanitário do Jangurussu, o bairro foi ocupado por trabalhadores envolvidos com a “catação” de lixo e recicláveis.



Oficialmente inaugurado em março de 1978, o aterro do Jangurussu encontrava-se anteriormente já em operação provisória; e em março de 1998 parou de receber lixo.

O antigo aterro do Jangurussu localiza-se dentro da cidade de Fortaleza, no bairro de mesmo nome, onde recebia todo o lixo proveniente da capital. Depois de várias discussões acerca da localização, na porção centro-sul da cidade de Fortaleza, encaixado contiguamente à margem esquerda do rio Cocó foi transferido para o município de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza.

Pela existência do aterro, a população circunvizinha é oriunda principalmente de famílias imigrantes do interior do Estado e de grande parte dos desempregados da cidade que procuravam no trabalho de reciclagem uma ferramenta para sua subsistência.

MAPA 2 – VISTA ÁREA DA LOCALIZAÇÃO DO ATERRO DO JANGURUSSU



Fonte: <http://www.pontosbr.com/gmaps>. Agosto de 2014.

Nas proximidades do antigo aterro do Jangurussu, o Residencial São Domingos é pertencente ao Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1 de renda familiar de até R\$ 1.600,00) é composto de 120 unidades, em condomínio fechado e está situado à Rua Domingos Alves Ribeiro, s/n – Jangurussu, próximo ao Frotinhade Messejana.



MAPA 3 – VISTA ÁREA DA LOCALIZAÇÃO DO RESIDENCIAL SÃO DOMINGOS



Fonte: Google Maps – Agosto 2014.

7.2 Saneamento e infraestrutura

Com base em dados obtidos através do documento publicado pelo Instituto de Pesquisa de Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) – Informe nº 44 de novembro de 2012 que retratou as condições domiciliares de Fortaleza por bairro, usando com fonte de dados o Censo de 2010, pode-se traçar um panorama do bairro Jangurussu, destacando sua situação de saneamento, relativo aos pontos abaixo que seguem.

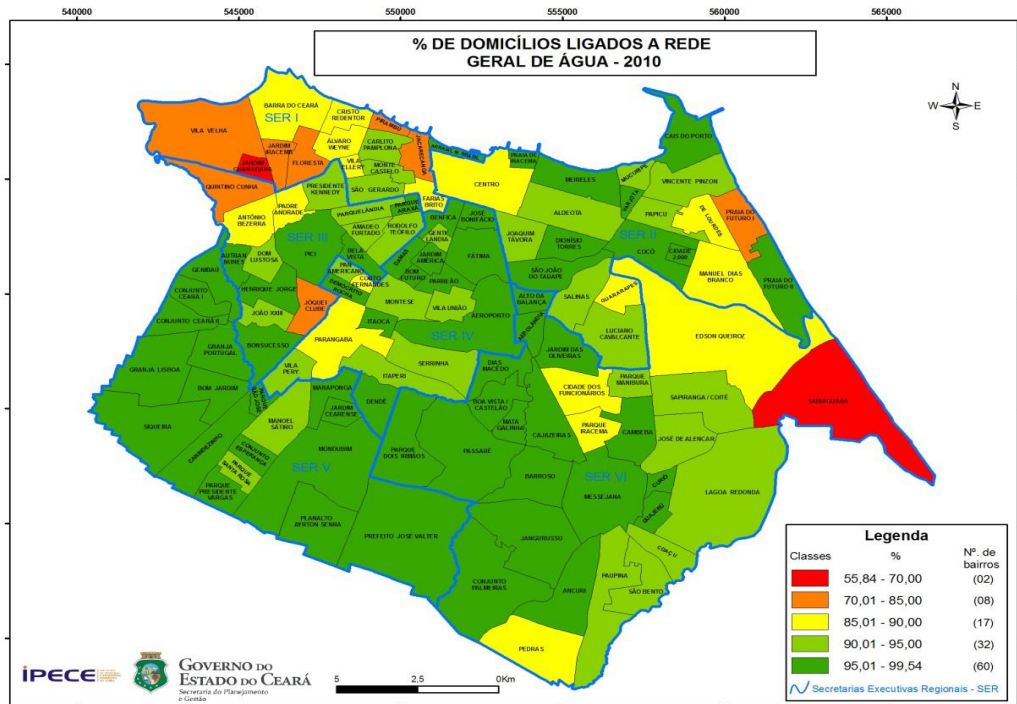
7.2.1 Abastecimento de água

Com relação às residências ligadas a rede geral de abastecimento de água, Fortaleza possui um valor médio de 93,31%. Ressalta-se que este acesso é de imprescindível importância para a promoção da saúde e qualidade de vida da população, tendo em vista a grande quantidade de domicílios ainda sem acesso a esse fornecimento e que em muitos dos casos utiliza-se de água não-tratada, inclusive para beber. Entretanto o bairro Jangurussu não figura entre os bairros com baixo



percentual de acesso a esse serviço público, sendo 98,11% de seus domicílios ligados à rede geral de água.

MAPA 4 - PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS LIGADOS À REDE GERAL DE ÁGUA



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE).

7.2.2 Esgotamento sanitário

Concernente a disponibilidade de acesso ao serviço de esgotamento sanitário, em 2010 Fortaleza registrou um valor de 59,56% dos domicílios com este serviço disponível, entretanto, existe uma significativa desigualdade na oferta deste na capital, sendo possível verificar que maioria dos bairros situados nas SER I, II e III possui boa parcela dos domicílios contando com este serviço urbano e em contrapartida, os bairros da SER V e VI são os mais carentes em relação a políticas públicas de esgotamento sanitário.

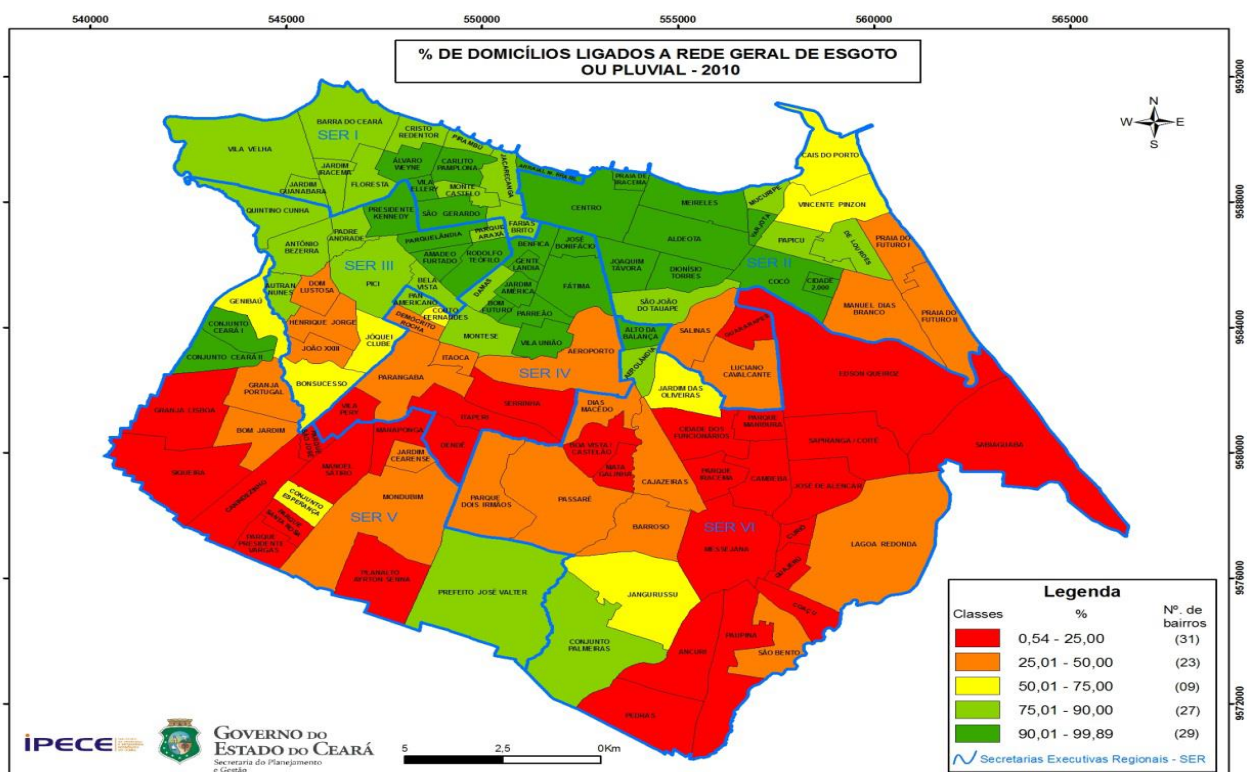
Apesar dos avanços ocorridos na proporção de domicílios ligados a rede geral de esgoto ou pluvial em Fortaleza, conclui-se que a taxa de cobertura de esgotamento sanitário ainda é baixa e



desigual na capital, necessitando de mais políticas de expansão da rede de coleta de esgotos na cidade no intuito de aumentar o percentual de cobertura, trazendo, desta forma, benefícios para a população em diversas áreas, como, por exemplo, na saúde, saneamento e meio-ambiente.

Particularmente no bairro Janguarussu 59,51% de seus domicílios estão ligados à rede geral de esgoto, percentual ainda muito aquém se comparado aos bairros com índices próximos a 100% existentes em nossa capital, conforme revela o mapa a seguir.

MAPA 5 - PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS LIGADOS À REDE GERAL DE ESGOTO



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE).

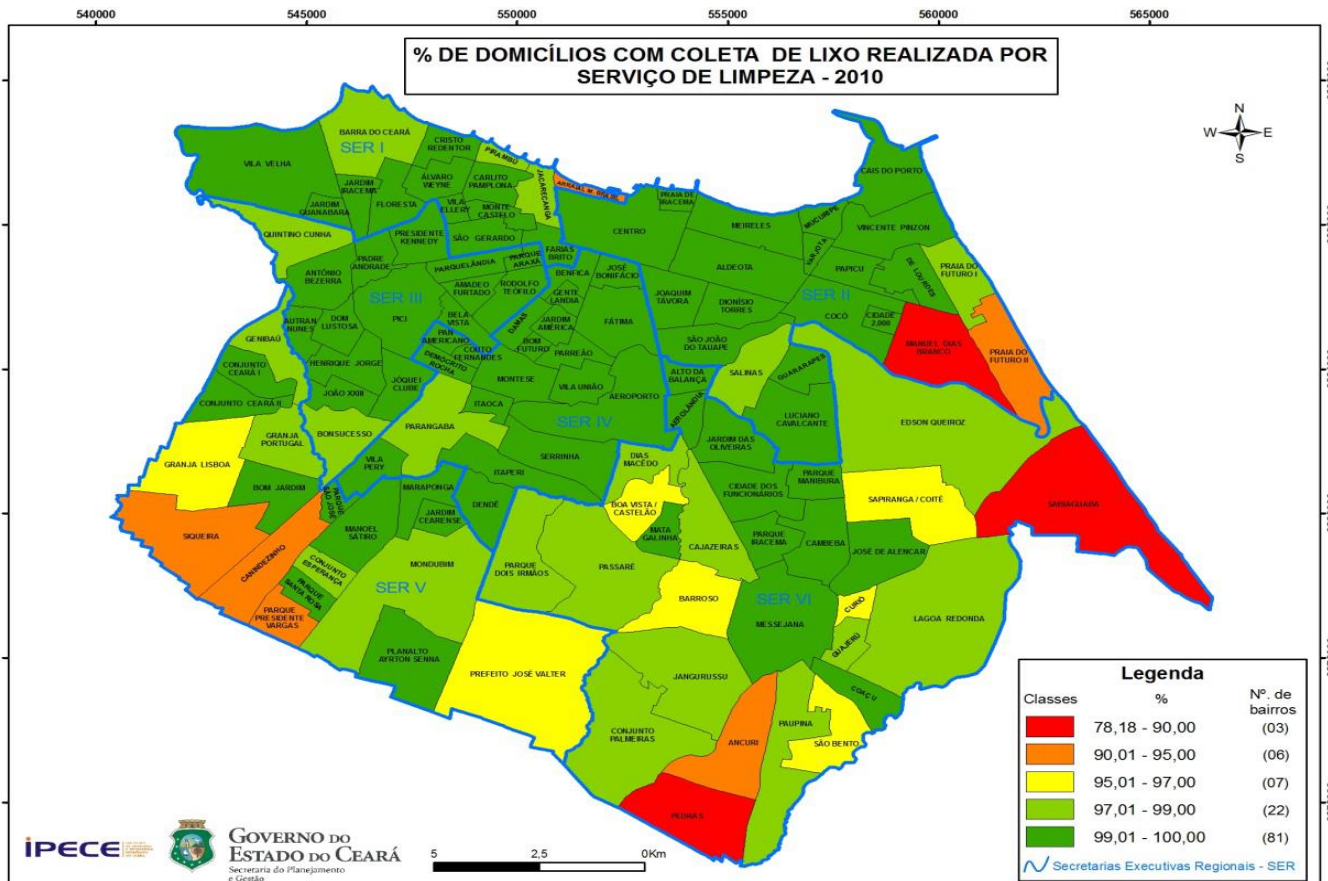
7.2.3 Coleta de lixo

A cidade de Fortaleza caminha para a universalização na oferta de coleta de lixo, possuindo um percentual de 98,75% das residências cobertas por esse serviço. A coleta de lixo dos domicílios ocasiona impactos positivos na minimização de problemas na área ambiental e de saúde pública,



melhorando consequentemente a qualidade de vida da população. O bairro Jangurussu possui 97,35% de domicílios com serviço de coleta de lixo realizado por serviço de limpeza.

MAPA 6 - PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO REALIZADA POR SERVIÇO DE LIMPEZA



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE.

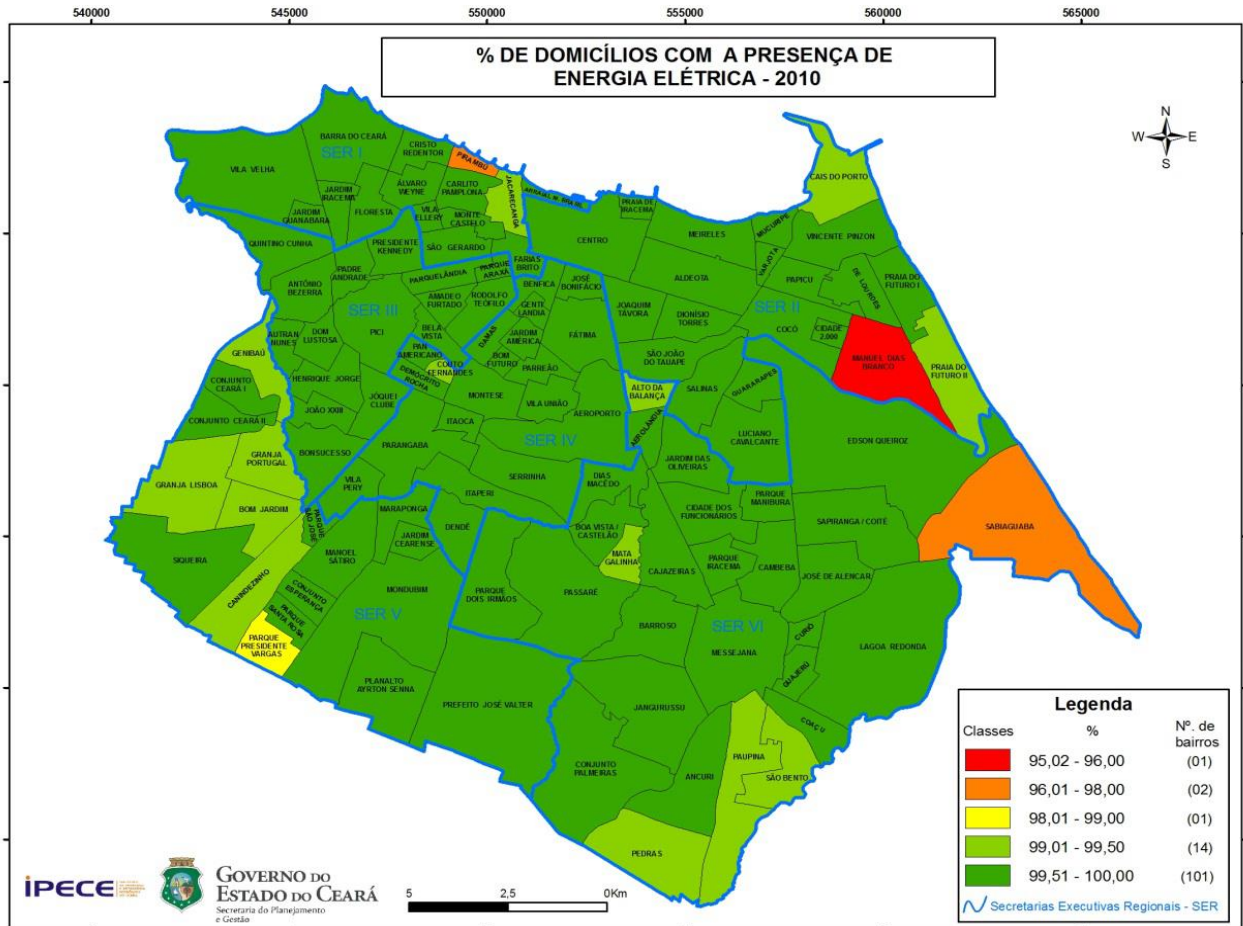
7.2.4 Energia elétrica

A cidade de Fortaleza também caminha rumo à universalização de acesso ao serviço de energia elétrica estando disponibilizado para 99,70% das residências. No bairro Jangurussu possui um percentual similar de acesso sendo de 99,66% de domicílios com a existência de energia elétrica, não figurando nesse percentual a proporção de ligações oficiais versus ligações clandestinas. O mapa a seguir exhibe a distribuição territorial do indicador da proporção de



domicílios com a presença de energia elétrica em nível de bairros, podendo-se identificar os bairros com os menores percentuais.

MAPA 7 - PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS LIGADOS COM EXISTÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA



Fonte dos dados: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE.

7.2.5 Transporte público

O transporte realizado por ônibus em Fortaleza é operacionalizado pelo Sistema Integrado de Transportes (SITFOR). Suas operações foram iniciadas em 1992 a partir da inauguração de dois terminais: Messejana e Antônio Bezerra. A partir do ano de 2006 o SITFOR passou a ser



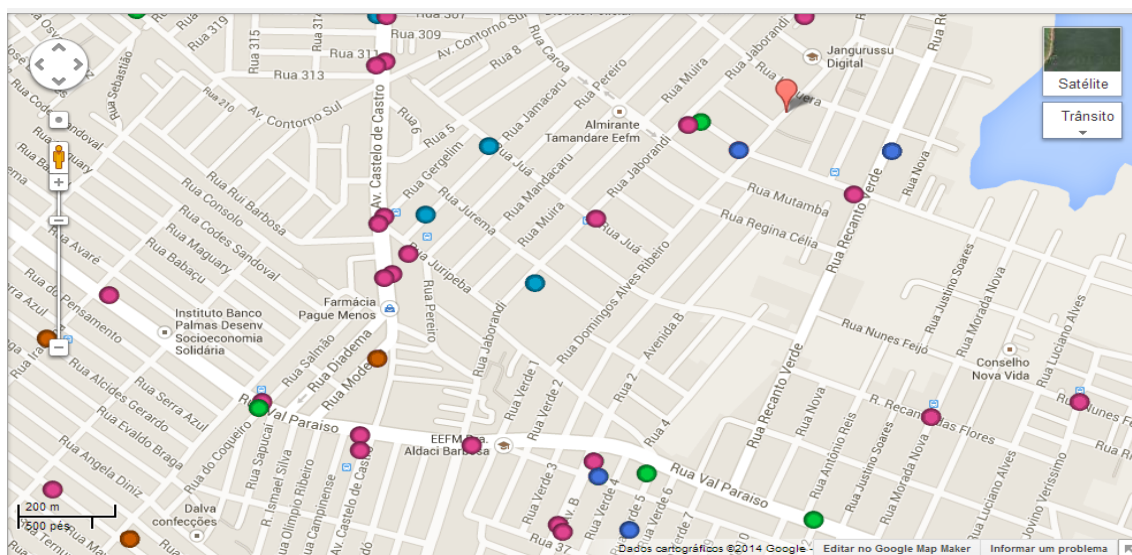
regulamentado pela Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza - ETUFOR, momento em que a gestão de transportes do município permaneceu totalmente pública.

O sistema proporciona ao usuário a opção de deslocamento através da integração física e tarifária em terminais de integração. A rede de linhas do SITFOR é baseada em dois tipos: as que fazem a integração bairro-terminal, as que integram o terminal ao centro da cidade ou ainda a outro terminal.

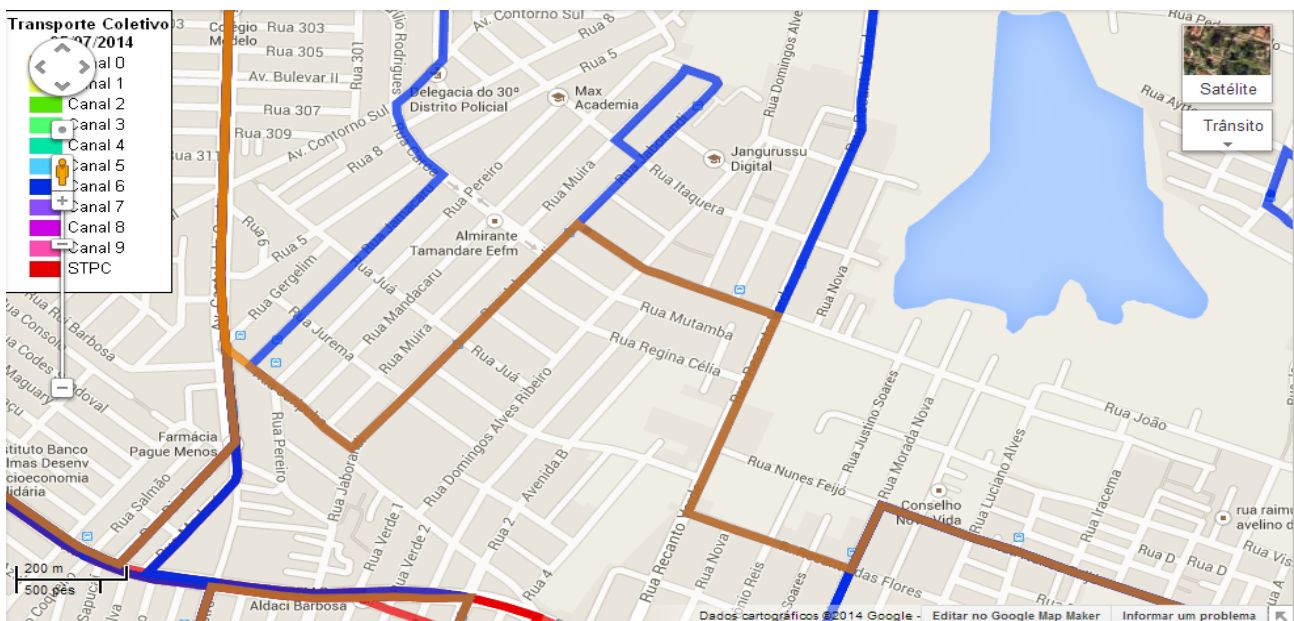
Atualmente mais de 1 milhão de passageiros por dia utilizam o SITFOR, que trabalha com 263 linhas de ônibus regulares, incluindo 22 "corujões". Fortaleza possui 7 terminais integrados (Antônio Bezerra, Papicu, Parangaba, Lagoa, Siqueira, Messejana e Conjunto Ceará) e 2 terminais abertos (Coração de Jesus e Praça da Estação). Cerca de 850 mil passageiros por dia utilizam os terminais fechados, através de 218 linhas de ônibus regulares (157 ligadas aos terminais integrados e 61 não integradas). São 25 empresas operantes com uma frota de 1.776 ônibus, além do transporte complementar de vans, táxi e mototáxi.

Já nas proximidades do Residencial São Domingos circulam as seguintes linhas principais: 065 - Barroso/Jardim Violeta (Corujão), 635 - Conjunto Tamandaré, 629 - Conjunto Palmeiras/Perimetral, 712 - Conjunto Palmeiras/Papicu, 670 - Sítio São João/Centro/Expresso, e628 - Sítio São João/Santa Maria. A seguir demonstram-se os respectivos mapas com a identificação dos pontos de paradas e linhas que circulam nas proximidades do Residencial São Domingos:

MAPA 8 – PONTOS DE PARADAS NA REGIÃO DO RESIDENCIAL



Fonte: Google Maps http://maps.google.com.br/maps?hl=ptBR&q=http://www.etufor.ce.gov.br/googleearth/pontos_de_paradas.kml&tab=wl. Acesso em 29/07/2014.

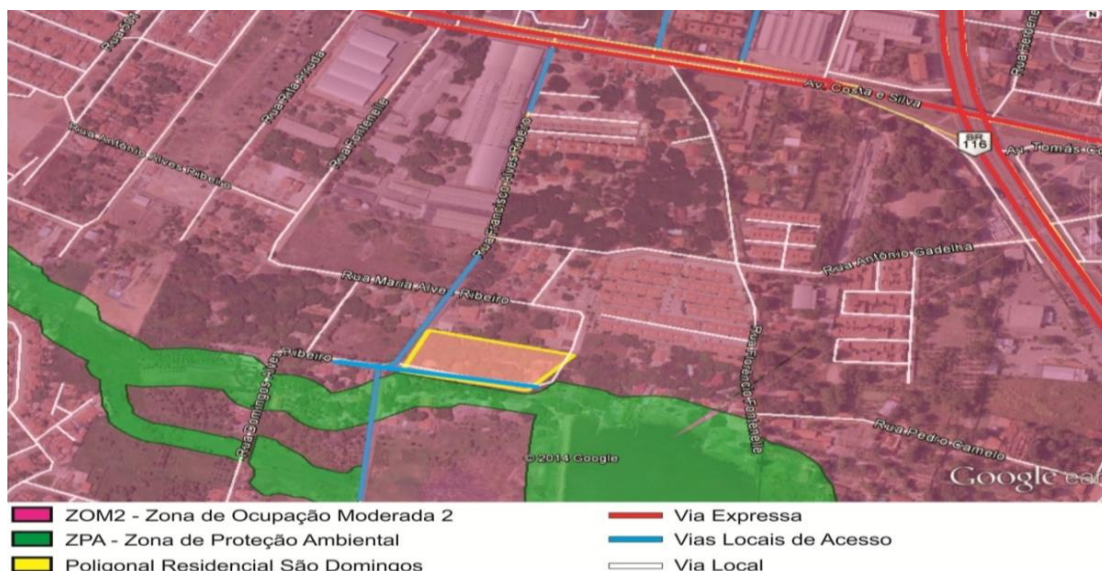
Mapa 9 – PERCUSOS DAS LINHAS DE ÔNIBUS QUE ATENDEM NA REGIÃO DO RESIDENCIAL

Fonte: GoogleMaps. https://maps.google.com.br/maps?hl=ptBR&q=http://www.etufor.ce.gov.br/googleearth/transporte_coletivo.kml. Acesso em: 29/07/2014.

7.2.6 Zoneamento

De acordo com a Lei complementar nº 062/2009 (Plano Diretor Participativo de Fortaleza) o terreno em questão está localizado Zona de Ocupação Moderada - ZOM 2, conforme mapa, sendo circundado pela Preservação Ambiental - ZPA 1 - Faixa Permanente de Recursos Hídricos.



MAPA 10 – ZONEAMENTO E VIAS DE ACESSO**7.2.7 Sistema viário**

Em observância ao disposto no art. 314 da Lei Complementar nº 062/09, as disposições do sistema viário referentes ao imóvel deverão observar o disposto na Lei nº 7987/96 – Lei do Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza (Planta 02 - Classificação Viária, e Anexo 10 - Classificação das Vias do Sistema Viário).

De acordo com orientações da Equipe de Circulação e Transporte - ECT tem-se: o terreno limita-se a leste com a Rua Francisco Alves Ribeiro, classificada como via local, com caixa de 12,00m (doze metros) de largura, sendo pavimentada com asfalto e atingida por transporte público; ao sul, ao longo da margem da ZPA 1, limita-se com a Rua Domingos Alves Ribeiro, classificada como via local, sem pavimentação e com caixa de 9,00m (nove metros) de largura, atingindo o terreno em uma faixa variável.





7.3 Equipamentos comunitários e serviços públicos

A região onde se situa o Residencial São Domingos está localizada em uma área cujo acesso aos serviços essenciais de educação, saúde, esporte, lazer, transporte, entre outros se acham de fácil acesso.

7.3.1 Educação

No campo educacional a região mostra-se bem suprida, pois possui 3 creches, 5 centro de educação infantil (CEI's), 5 escolas de ensino infantil e fundamental, 8 escolas de ensino fundamental, 4 escolas de ensino fundamental e médio e 1 escola profissionalizante. Mais detalhes sobre as mesmas podem ser observados na tabela a seguir:

TABELA 1: Equipamentos de educação					
TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DO RESIDENCIAL	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO	VAGAS DISPONÍVEIS
Creche	Centro de Nutrição	Rua Maguari, 205, Conjunto Palmeiras	2,0 Km	0 a 3 - 36	0 a 3 - 6
Creche	Força Maior	Rua Luciano Alves, 2971, Jangurussu	1,1 Km	0 a 3 - 36	0 a 3 - 3
Creche	São Judas Tadeu	Rua 3, 78, Barroso	1,8 Km	0 a 3 - 96	0 a 3 - 14
CEI	Centro de Educação Infantil Cesar Cals de Oliveira Neto	Rua Campinense, 54, Conjunto Palmeiras	1,95 Km	4 a 5 - 200	4 a 5 - 13
CEI	Centro de Educação Infantil Jornalista José Blanchard Girão da Silva	Rua Iracema, 1110 Jangurussu	1,0 Km	0 a 3 - 136 4 a 5 - 84	0 a 3 - 11 4 a 5 - 8
CEI	Centro de Educação Infantil Professor Francisco de Melo Jaborandi	Av. Governador Leonel Brizola, 198, Jangurussu	1,0 Km	0 a 3 - 100 4 a 5 - 80	0 a 3 - 13 4 a 5 - 18
CEI	Centro de Educação Infantil Professora Bernadete Oria de Oliveira	Rua José Linhares, 903, Conjunto Palmeiras	2,0 Km	0 a 3 - 120 4 a 5 - 20	0 a 3 - 15 4 a 5 - 2





CEI	Centro de Educação Infantil Professora Maria do Socorro Ferreira Virino	Av. Val Paraíso, 339, Conjunto Palmeiras	1,9 Km	0 a 3 – 143 4 a 5 – 105	0 a 3 – 19 4 a 5 - 11
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Jornalista José Blanchard Girão da Silva	Rua Iracema, 1110, Jangurussu	1,18 Km	4 a 5 – 128 EF - 585	4 a 5 – 16 EF - 117
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Maria de Jesus Oria Alencar	Rua 43, S/N, Conjunto São João	2,0 Km	4 a 5 – 48 EF - 572	4 a 5 – 3 EF - 98
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Martha Martins Coelho Guilherme	Rua 313, 243, Conjunto São Cristóvão	1,56 Km	4 a 5 – 80 EF - 750	4 a 5 – 9 EF - 143
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professor Francisco de Melo Jaborandi	Av. Governador Leonel Brizola, 198, Jangurussu	1,05 Km	4 a 5 – 140 EF - 835	4 a 5 – 11 EF – 261
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Olindina Carvalho de Moraes	Rua 5, 581, Conjunto João Paulo II	1,44 Km	4 a 5 – 252 EF - 160	4 a 5 – 16 EF - 18
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental Marieta Cals	Av. Val Paraíso, 160, Jangurussu	1,93 Km	EF – 892 EJA – 208	EF – 78 EJA – 30
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental Cesar Cals de Oliveira Neto	Rua Olímpio Ribeiro, 20, Conjunto Palmeiras	1,95 Km	EF – 360	EF – 29
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Antônio Girão Barroso	Rua 3 7, S/N, Conjunto São João	1,9 Km	EF – 280	EF – 44



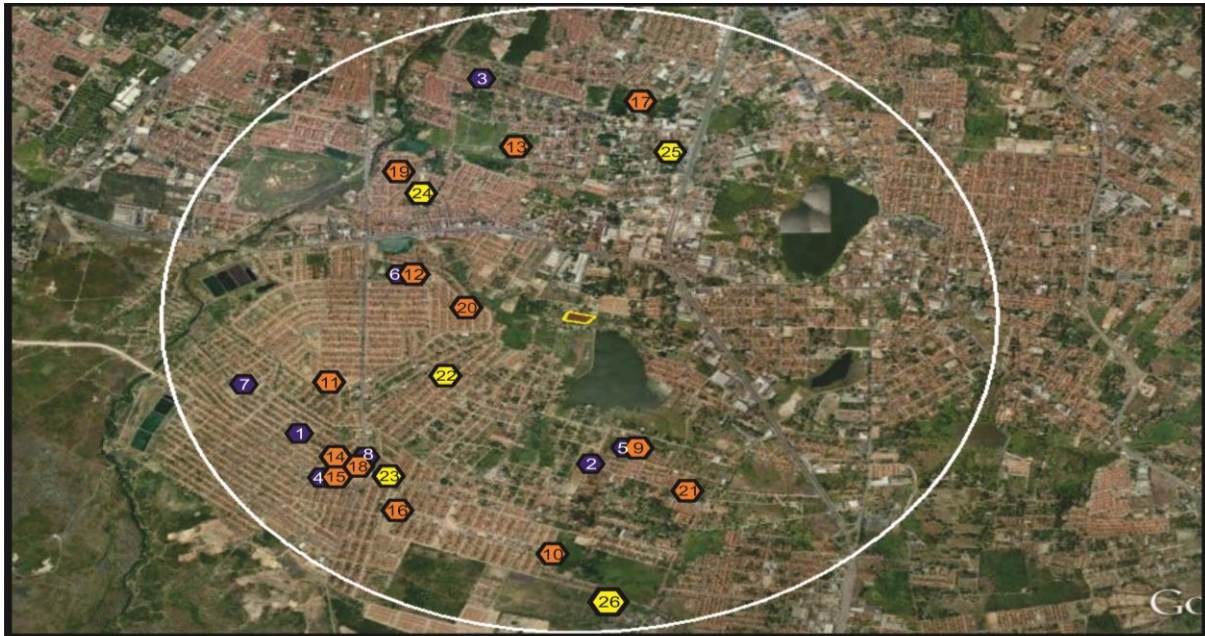


EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Antonezia Meireles e Sá	Rua Coronel Virgílio Távora, 1340, Barroso	1,74 Km	EF - 1062	EF - 262
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria do Socorro Ferreira Virino	Rua Modesta, 44, Conjunto Palmeiras	1,9 Km	EF - 534	EF - 132
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental Sino Pinheiro	Rua 14, 151, Conjunto João Paulo II	1,56Km	EF - 530 EJA - 225	EF - 34 EJA - 62
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental Tais Maria Bezerra Nogueira	Av. Governador Leonel Brizola, 710, Jangurussu	0,69 Km	EF - 858 EJA - 235	EF - 208 EJA - 22
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental Vereador José Barros de Alencar	Rua B, 48, Conjunto Santo Dias, Jangurussu	1,36 Km	EF - 595 EJA - 142	EF - 138 EJA - 11
EEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Almirante Tamandaré	Rua Mandacaru, 1144 - Jangurussu	0,95 Km	EF - 429 EM - 750	26
EEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dra. Aldaci Barbosa	Av. Valparaíso, 155 - Conjunto Palmeiras - Jangurussu	1,78 Km	EF - 82 EM - 1095	143
EEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Aloysio Barros Leal.	Rua 10, S/N - Conjunto João Paulo II	1,40 Km	EF - 658 EM - 731	50
EEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marcelino Champagnat	Rua Daura, S/N - Barroso	1,45 Km	EF - 700 EM - 687	53
EEP	Escola de Ensino Profissionalizante Mário Alencar	Rua 44, nº 97 - São Cristóvão	2,2 Km	EF - 0 EM - 332	120



O mapa a seguir identifica o empreendimento e situam os equipamentos de educação existentes na região.

MAPA 11 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO



CRECHES e CEI

1. Creche Centro de Nutrição 2,0km
2. Creche Força Maior 1,1km
3. São Judas Tadeu 1,8km
4. CEI Cesar Cals de Oliveira Neto 1,95km
5. CEI Jorn. José Blanchard Girão da Silva 1,0km
6. CEI Prof. Francisco de Melo Jaborandi 1,0km
7. CEI Prof. Bernadete Oria de Oliveira 2,0km
8. CEI Prof. Maria do Socorro Ferreira Virino 1,9km

ESCOLAS MUNICIPAIS

09. EMEIF Jorn. José Blanchard Girão da Silva 1,18km
10. EMEIF Maria de Jesus Oria Alencar 2,0km
11. EMEIF Martha Martins Coelho Guilherme 1,56km
12. EMEIF Prof. Francisco de Melo Jaborandi 1,05km
13. EMEIF Prof. Olindina Carvalho de Moraes 1,44km
14. EMEF Marieta Cals 1,93km
15. EMEF Cesar Cals de Oliveira Neto 1,95km
16. EMEF Prof. Antonio Girão Barroso 1,9km
17. EMEF Prof. Maria Antonezia Meireles e Sá 1,74km
18. EMEF Prof. Maria do Socorro Ferreira Virino 1,9km
19. EMEF Sino Pinheiro 1,56km
20. EMEF Tais Maria Bezerra Nogueira 0,69km
21. EMEF Vereador José Barros de Alencar 1,36km

ESCOLA ESTADUAL fundamental e médio

22. EEFM Almirante Tamandaré 0,95km
23. EEFM Dra. Aldaci Barbosa 1,78km
24. EEFM Aloysio Barros Leal 1,40km
25. EEFM Marcelino Champagnat 1,45km
26. EEP Mário Alencar 2,2km

Fonte: Habitafor, 2014.

7.3.2 Saúde

A região do empreendimento é suprida por uma oferta de 02 hospitais, 02 Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) e 01 Posto de Saúde. Suas respectivas localizações, capacidades de atendimento, vagas disponíveis, distâncias do empreendimento podem ser observadas na tabela e mapa abaixo.





TABELA 2: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE

TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DO RESIDENCIAL	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO
CSF	Centro de Saúde da Família de Messejana	Rua Cel. Dionísio Alencar, 264 – Messejana	1,9Km	32.000
UPA	Unidade de Pronto Atendimento - Messejana	Rua Miguel Gurgel s/n, Messejana	3,0 Km	150/ao dia Abrangência de 50 a 100 mil habitantes
UPA	Unidade de Pronto Atendimento - Jangurussu	Av. Contorno Sul, s/n, Jangurussu	1,4 Km	150/ao dia Abrangência de 50 a 100 mil habitantes
Hospital	Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes - Hospital de Messejana)	Av. Frei Cirilo, 3480, Messejana	2,3 Km	300/ ao dia Abrangência de 200 a 300 mil habitantes
Hospital	Hospital Professor Frota Pinto - Hospital Mental)	Rua Vicente Nobre Macedo, s/n	3,2Km	30/ ao dia Abrangência

Todavia, uma nova unidade de saúde está sendo construída na Rua Iracema, 1110, Jangurussu e dista cerca de 1,6 Km do local do empreendimento em questão, ainda sem data prevista para inauguração/funcionamento. O mapa a seguir identifica o empreendimento e situa os equipamentos de saúde existentes na região.



MAPA 12 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE



Posto de Saúde

- 1. UPA Jangurussu 1,4Km
- 2. CSF Messejana 1,9Km
- 3. UPA Messejana 3,0Km

Hospitais

- 4. Dr. Carlos Alberto Studart Gomes 2,3Km
- 5. Hospital Mental Professor Frota Pinto 3,2Km

Fonte: Habitafor, 2014.

7.3.4 Assistência social

Quanto à cobertura e à oferta na rede de serviços sócioassistenciais identificamos a existência de 03 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) na região do perímetro do empreendimento, conforme é possível observar na tabela abaixo:

TABELA 3: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DO RESIDENCIAL	REFERÊNCIA PREVISTA	REFERÊNCIA ATUAL
Centro de Referência de Assistência Social	CRAS CONJUNTO PALMEIRAS	Avenida Iracema, 1860 – Conjunto Palmeiras	1,5 Km	Até 5.000 famílias	10.453
Centro de	CRAS JOÃO	Rua 10, 75 –	2,5 Km	Até 5.000	16.675



Referência de Assistência Social	PAULO II	Barroso		famílias	
Centro de Referência Especializado de Assistência Social	CREAS ALVORADA	Rua Crisanto Moreira, 650, Sapiranga/Coité	5,5 Km	Demanda por territorialidade	--

Em seguida é possível visualizar o mapa com a localização dos equipamentos acima enumerados:

MAPA 13 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Assistência Social

1. CRAS Conjunto Palmeiras 1,5km
2. CRAS Jojao Paulo II 2,5km
- ... CREAS Alvorada 5,5Km

Fonte: Habitafor, 2014.

7.3.5 Segurança pública

Quanto à oferta e infraestrutura de serviços de segurança pública na região circunvizinha ao Residencial São Domingos identificou-se os seguintes equipamentos, conforme demonstrado na tabela e no mapa a seguir:

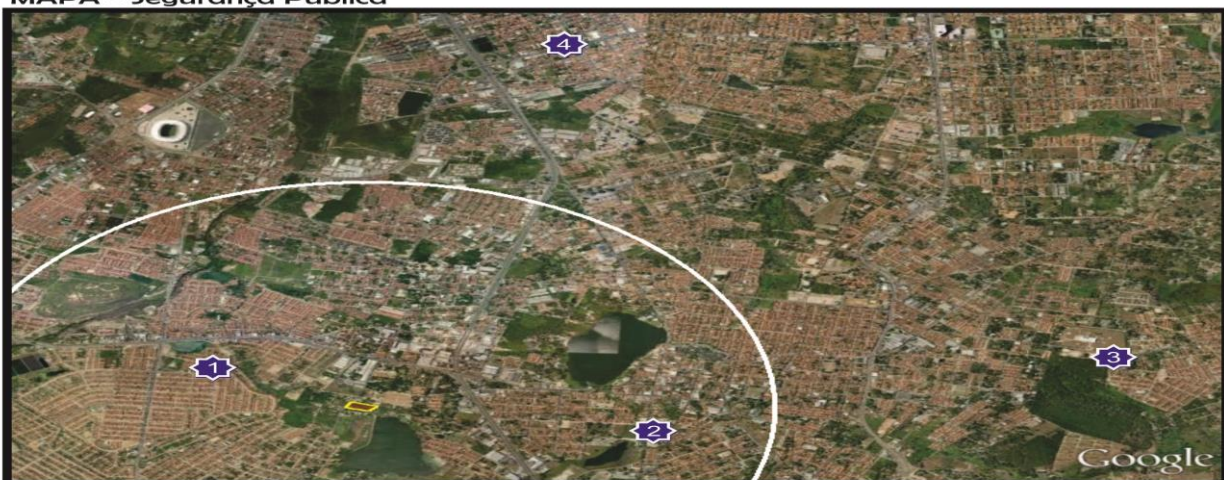


TABELA 4: EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA			
TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DO RESIDENCIAL
Delegacia	13º Distrito Policial	Av. Oliveira Paiva, 435 - Cidade dos Funcionários	4,2Km
Delegacia	30º Distrito Policial	Avenida Contorno Norte, 190, Conjunto São Cristóvão	0,9Km
Delegacia	35º Distrito Policial	Av. Prof. José Artur de Carvalho, s/n, Lagoa Redonda	4,5 Km
Delegacia	6º Distrito Policial	Rua Padre Pedro Alencar, 1091 – Messejana.	1,8 Km
Delegacia	26º Distrito Policial	Rua Vereador José Batista Barbosa, 81 - Edson Queiroz	7,7 Km

Em seguida é possível visualizar o mapa com a localização dos equipamentos acima especificados:

MAPA 14 – EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

MAPA – Segurança Pública



Delegacia de Polícia

1. Delegacia 30º Distrito Policial 0,9km
2. Delegacia 6º Distrito Policial 1,8km
3. Delegacia 35º Distrito Policial 4,5Km
4. Delegacia 13º Distrito Policial 4,2Km
- ... Delegacia 26º Distrito Policial 7,7Km

Fonte: Habitafor, 2014.



7.3.5 Esporte e lazer

Segundo informações da Secretaria de Esporte e Lazer do município, está disponível para o Residencial como equipamento de lazer apenas o Estádio Walter Lacerda (conhecido popularmente por Murilão), localizado à Rua Antônio Barros, 695 – Messejana, com distância a 2,3 km metros do empreendimento. O mapa a seguir identifica outros equipamentos esportivos e de lazer existentes na região do empreendimento, conforme é possível observar na sequência.

MAPA 15 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS – ESPORTE E LAZER



 **Esporte**

1. Estádio Walter Lacerda (Murilão) 2,3km
2. Estádio Arena Castelão 3,2km
3. Quadras poliesportivas 1,8Km

 **Lazer**

4. CUCA Jangurussu 1,2km
5. Lagoa Messejana 1,4km
6. Mercado Público Messejana 2,0Km

Fonte: Habitafor, 2014.



7.4 Tempo e forma de ocupação da área

Com o acelerado crescimento urbano a partir dos anos 70, o consequente aumento de consumo concomitante a insuficiência de planejamento municipal e acompanhado de pouco investimento em educação ambiental a situação nas grandes capitais brasileiros, inclusive Fortaleza, no que diz respeito a destinação de resíduos sólidos (lixo) tornou-se um problema de difícil equacionamento ocasionando a proliferação de lixões a céu aberto, como foi o caso do Lixão do Jangurussu, surgido nas margens do Rio Cocó, que funcionou de 1978 à 1998.

O bairro Jangurussu, onde foi instalado o lixão, fica numa região que abrigou, em décadas anteriores, os imigrantes do interior do Estado fugidos da seca e inúmeros trabalhadores envolvidos na catação de recicláveis, exatamente porque a área recebeu durante anos todos os resíduos sólidos coletados em Fortaleza. O lixão do Jangurussu chegou a atingir 40m de altura como cota máxima de lixo, gerando, assim, vários problemas socioambientais. A área dava um insalubre sustento a 1500 catadores, entre adultos e crianças, como apontou Cury (2004) *apud* Gonçalves (2006).

Entretanto, mesmo após sua desativação a área inativa continuou, durante anos, provocando problemas ambientais e à saúde humana, especialmente às pessoas que habitam seu entorno por tratar-se de pessoas pobres e submetidas a ausência de serviços de esgotamento sanitário, abastecimento e água, drenagem urbana e limpeza pública, o que agrava ainda mais o quadro.

A procedência de algumas das famílias beneficiárias no Residencial São Domingos é da própria região de intervenção do empreendimento, bairro Jangurussu, sendo algumas delas moradoras nas proximidades do desativado lixão. Abaixo retrataremos o perfil de procedência das famílias beneficiadas no mesmo.

Os dados informados nos Boletins de Informações Cadastrais revelaram quanto ao tempo e à forma das ocupações anteriores que a maioria dos entrevistados já residia há pelo menos um ano na moradia anterior, na modalidade de aluguel e sendo a procedência das famílias advindas do mesmo bairro. Se adicionarmos os percentuais referentes ao tempo de moradia das famílias que residem entre 2 a mais de 10 anos no mesmo domicílio, 53% estão neste perfil, sendo possível



inferir que as famílias adquiriram um senso de pertencimento e vínculo à moradia e a região, o que favorece a manutenção das mesmas no empreendimento em questão. Esses dados podem ser observados na tabela abaixo:

TABELA 6: TEMPO DE MORADIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Até 1 ano	53	44%
2 a 5	36	30%
5 a 10	13	11%
Acima de 10	15	12%
Não Informado	3	3%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

Quanto à condição de moradia, observou-se através dos dados coletados que 68% das famílias beneficiárias residiam de aluguel, o que representa um número expressivo. Contudo, das 82 famílias que informaram residir de aluguel, 20 destas eram beneficiárias do Programa de Locação Social (PLS). Desse modo, 51% do total de famílias custeavam as despesas com aluguel por conta própria. Pressupõe-se então, que as taxas referentes ao financiamento e ao condomínio não se tornaram excessivamente onerosas para a maioria das famílias, uma vez que estas já despendiam de seus orçamentos valores destinados ao pagamento do aluguel, sendo, portanto, este um aspecto facilitador para adesão ao Projeto e para a permanência das mesmas no empreendimento.

Entretanto, se somarmos o quantitativo de moradores advindos do PLS (16,6%) com os advindos de moradia cedida (24%) e ocupada (4%) chegaremos a uma quantidade expressiva de 45% dos beneficiários. Infere-se assim, a necessidade de proposição e implementação de ações específicas para esse público visando à permanência destes no Residencial.

No tocante as outras formas de condição de moradia anterior, podemos visualizar a frequência de suas ocorrências através da observação dos dados contidos na tabela abaixo:





TABELA 7: CONDIÇÃO DE MORADIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Adquirida	0	0%
Alugada	82	68%
Cedida	29	24%
Ocupada	5	4%
Não informado	4	4%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

No que se refere à procedência da família, foi constatado que 42% das famílias são provenientes do mesmo bairro, seguidos de 35% vindos de outros bairros de Fortaleza, conforme está especificado a seguir:

TABELA 8: PROCEDÊNCIA DA FAMÍLIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Mesmo bairro	51	42%
Outro bairro	42	35%
Região Metropolitana	0	0%
Cidade do Interior	2	2%
Outro Estado	1	1%
Não Informado	24	20%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

Podemos inferir que pelo fato de uma quantidade relevante de pessoas terem vindo do mesmo bairro (51 famílias), podemos concluir que tais já possuem vínculos com o local a exemplo da utilização dos equipamentos públicos existentes na região, fato que conseqüentemente deve ter facilitado a adaptação dos beneficiários, não sendo necessários grandes deslocamentos urbanos.

Já para 35% dos beneficiários advindos de diversos bairros a adaptação à nova localização da moradia requereu readequações mais expressivas, como o reconhecimento do novo território.



7.5 Habitação predominante

Identificou-se a tipologia construtiva da moradia anterior como sendo em sua predominância (93%) dos casos de alvenaria, o que não implicará em grandes mudanças ou adaptações a nova moradia conforme é possível verificar na seguinte tabela:

TABELA 9: TIPOLOGIA DE CONSTRUÇÃO		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Alvenaria	112	93%
Taipa	0	0%
Madeira	0	0%
Pré-moldado	0	0%
Papelão	0	0%
Plástico	0	0%
Lona	0	0%
Mista	5	4%
Não informado	3	3%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

7.6 Existência de situações de risco

Conforme estabelecido na Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013, que revogou a Portaria nº 610 de 26 de dezembro de 2011 do Ministério das Cidades que dispõe sobre os parâmetros de priorização para o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV fica estabelecido entre outros, a nível nacional, para seleção e indicação das famílias, àquelas residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; assim, no empreendimento em questão identificou-se com base nas informações obtidas que dentre os 120 beneficiários, 21% residiam em domicílios que não ofereciam as condições mínimas de habitabilidade encontrando-se em situações várias de risco em potencial, entre as quais se destacam o risco de alagamento e inundação, que juntos correspondem a 79% do total de beneficiários.





TABELA 10: SITUAÇÃO DE RISCO		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Sim	25	21%
Não	47	39%
Não informado	48	40%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

Sendo estes riscos subdivididos em categorias, destaca-se a ocorrência em 63% das situações de risco recorrente de alagamento dos domicílios, conforme exemplificado abaixo:

TABELA 11: TIPO DE RISCO		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Alagamento	20	63%
Inundação	5	16%
Via férrea/Rodovia	0	0%
Deslizamento	0	0%
Acúmulo de lixo	3	9%
Erosão	0	0%
Alta Tensão	2	6%
Não informado	2	6%
TOTAL	32	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

8 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA

A coleta dos dados das famílias residentes no empreendimento deu-se através da aplicação de instrumental específico, o BIC – Boletim de Informações Cadastrais e ficha complementar realizada através de visitas domiciliares ocorridas no mês de abril de 2013. Salienta-se aqui que a caracterização deste item é referente aos reais beneficiários do Residencial São Domingos após o processo de reintegração de posse das unidades habitacionais, e não diz respeito àqueles que



ocuparam irregularmente o Residencial Os dados expostos a seguir trazem um panorama geral das informações prestadas pelas famílias beneficiárias.

8.1 Perfil do responsável familiar

As informações a seguir são peculiares aos chefes de família, todavia, posteriormente, realizar-se-á a análise geral dos moradores do Residencial São Domingos.

8.1.2 Gênero

Através da análise identificou-se que das 120 famílias, 105 titulares dos imóveis são do sexo feminino, o que representa 87,5% e apenas 12,5% das unidades possuem a titularidade em nome de homens, fato que reflete a preferência para que a titularidade de imóveis de programa de habitação de interesse social seja preferencialmente feminina. Seguem os dados representados na tabela abaixo:

TABELA 12: SEXO DO TITULAR DOS IMÓVEIS		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Feminino	105	87,5%
Masculino	15	12,5%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

Contudo, podemos diferir a titularidade do imóvel do quesito chefe de família, ou seja, da responsabilidade de prover o sustento desta. Com base nisto, identificou-se que no residencial em questão, 71 famílias são chefiadas por mulheres, enquanto as demais 49, são mantidas por homens, conforme vislumbramos na tabela acima. Disto podemos apreender que apesar das mulheres representarem 59% dos chefes de família, as demais mulheres beneficiárias podem não estar inseridas no mercado de trabalho.





TABELA 13: CHEFE DE FAMÍLIA QUANTO AO GÊNERO		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Feminino	71	59%
Masculino	49	41%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

8.1.3 Faixa etária

Referente à faixa etária, a maioria dos chefes de família encontra-se na faixa de adultos maduros entre 30 e 49 anos, faixa etária produtiva, que se somados representam percentual que corresponde a 54% do total. Já os idosos a partir de 60 anos de idade representam 7% do total dos chefes de família, representando oito responsáveis familiares, conforme observado na tabela a seguir:

TABELA 14: FAIXA ETÁRIA DO CHEFE DE FAMÍLIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
18 a 19	1	1%
20 a 24	5	4%
25 a 29	16	13%
30 a 39	36	30%
40 a 49	29	24%
50 a 59	22	18%
60 a 65	7	6%
Acima de 65	1	1%
Não Informado	3	3%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

Diante dos dados acima elencados percebe-se que a grande maioria dos chefes de família está na faixa etária produtiva, fator que justifica o fato de proverem o sustento de seus núcleos familiares.





8.1.4 Escolaridade

No que se refere à escolaridade do responsável pela família identificou-se, segundo os dados apresentados na tabela acima que, a maioria dos chefes (o equivalente a 35% do total), tem o ensino fundamental incompleto. Ao compararmos a faixa etária e a escolaridade dos chefes de família podemos apreender a probabilidade de que grande parte destes esteja inserida no mercado informal de trabalho, haja vista a baixa escolaridade encontrada nos 42 chefes de famílias beneficiárias.

TABELA 15: GRAU DE ESCOLARIDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Analfabeto	4	3%
Alfabetizado	1	1%
Ens. Fund. Incompleto	42	35%
Ens. Fund. Comp.	16	13%
Ens. Médio Incompleto	19	15%
Ens. Médio Completo	24	20%
Curso Técnico Incompleto	0	2%
Curso Técnico Comp.	3	2%
Curso Superior Incompleto	2	2%
Curso Superior Completo	3	2%
Não Informado	6	5%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

A tabela a seguir traz a proporção absoluta e relativa de chefes de família que estudam e percebeu-se que apenas uma parcela mínima destes continua estudando sendo apenas a 5% do total.

TABELA 16: SITUAÇÃO DE ESTUDO ATUAL DO CHEFE DE FAMÍLIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Sim	6	5%
Não	102	85%
Não Informado	12	10%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.





Diante dos dados acima identificados podemos concluir que a baixa escolaridade dos chefes de família se apresenta como um quadro difícil de ser revertido, pois 85% destes chefes atualmente não estudam. Com isto, mostra-se a necessidade evidente de retorno aos estudos e capacitação desta população.

8.1.5 Situação empregatícia

Com relação ao sustento das famílias identificou-se que entre os chefes de família 13 estão desempregados o que corresponde a 11% do total. Ressalta-se que dos chefes de família, 41% mencionaram exercer atividade laborativa estando devidamente empregados. Somados aos 25 chefes autônomos, temos 62% dos chefes trabalhando e conseqüentemente com alguma fonte de renda.

TABELA 17: CONDIÇÃO FUNCIONAL DO CHEFE DE FAMÍLIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Empregado(a)	49	41%
Aposentado(a)	4	3%
Pensionista	1	1%
Autônomo(a)	25	21%
Cooperado(a)	1	1%
Eventual	19	16%
Desempregado(a)	13	11%
Não Informado	8	6%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

Paralelamente aos dados informados sobre a condição funcional dos chefes, temos como informação das famílias que 51% destes chefes não possuem vínculo empregatício, realizando alguma atividade laborativa informalmente. Então apesar de quantidade considerável estar



trabalhando, pouco mais da metade destes exercem atividades sem qualquer vínculo. As tabelas a seguir mostram os dados relatados:

TABELA 18: VÍNCULO EMPREGATÍCIO DO CHEFE DE FAMÍLIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Sim	43	36%
Não	61	51%
Não Informado	16	13%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

8.1.6 Profissão

Dos chefes de família que informaram exercer alguma profissão temos a amostra de 110 das 120 famílias beneficiadas, pois em 10 cadastros não foram informadas as profissões exercidas pelos chefes de família. Se relacionarmos trabalho e nível de escolaridade, isso refletirá nos tipos de profissões/ocupações por eles exercidas, aquelas que exigem maior qualificação da mão de obra são menos frequentes, considerando que 67% dos chefes de família não concluíram os estudos. A grande maioria desempenha atividades que não exigem qualificação ou escolarização, com prevalência das atividades relacionadas com tarefas domésticas, como doméstica e diarista seguidas de costureiro (a), serviços gerais e motoristas, conforme é possível verificar a seguir a recorrência das principais profissões:

TABELA 19: PROFISSÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Doméstica	12	10
Diarista	10	8
Costureiro (a)	6	5
Serviços Gerais	11	10
Motorista	5	4
Não informado	10	8
Outras	66	55
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.



Dentre as demais profissões não especificadas na tabela acima foram identificadas com maior incidência as que seguem: na área educacional educador(a) social, mobilizadora social, auxiliar de desenvolvimento escolar e professor(a): 4; na área da saúde (agente de saúde, auxiliar de saúde bucal): 3; na área de estética e beleza (auxiliar de cabeleireiro(a), cabelereiro(a) e manicure) 5; na área da zeladoria (porteiro(a), encarregado de portaria, caseiro(a), vigilante): 8 na área gastronômica (auxiliar de cozinha, garçom, merendeira, auxiliar de manipulação de alimentos, manipulador(a) de alimentos, cozinheiro(a)): 5; comércio e vendas: (atendentes: 2, comerciante: 1, vendedores: 2): 5.

8.2 Caracterização das famílias

Com relação aos integrantes das famílias beneficiadas, portanto, todos os moradores residentes no Residencial São Domingos, somados os chefes de família e demais membros que compõem tais núcleos familiares, podem ser caracterizados conforme descrição logo abaixo.

8.2.1 Quanto ao gênero

Observou-se que a frequência relativa de moradores no empreendimento é de uma concentração ligeiramente maior do público masculino, perfazendo um percentual total de 52%, conforme é possível observar na tabela abaixo:

TABELA 20: GÊNERO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Masculino	130	52%
Feminino	119	48%
Não Informado	0	0%
TOTAL	249	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.



8.2.2 Quanto ao tamanho

De acordo com a tabela apresentada abaixo, observou-se no Residencial São Domingos que a maioria das famílias (88%) é composta por até quatro membros. Isso significa dizer que o critério de família numerosa não se mostra relevante, uma vez que apenas 06 famílias são compostas por mais de 5 membros, o que corresponde a somente 5% do total (salienta-se aqui que duas famílias possuem 6 membros, uma família sete, duas possuem oito membros e uma 14 membros em sua composição). A tabela a seguir mostra os resultados:

TABELA 21: NÚMERO DE MORADORES		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
1	12	10%
2	37	31%
3	29	24%
4	28	23%
5	07	6%
Acima de 5	06	5%
Não informado	01	1%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

8.2.3 Quanto a composição por faixa etária

Realizando uma análise dos 369 moradores das 120 unidades habitacionais, observou-se que a maioria, 57% dos membros, encontram-se na faixa etária produtiva de 18 a 59 anos, 19% são crianças entre 0 e 9 anos de idade e apenas 5% são idosos acima de 60 anos, configurados em 17 indivíduos. Vale ressaltar que os dados informados na tabela abaixo contém o somatório do número total de membros das famílias incluindo o quantitativo do total de chefes de famílias mencionados no item 6.1. Salientamos que segundo as informações de idosos chefes de família foi atingido o percentual de 7%, ultrapassando assim a cota mínima exigida pelo Estatuto do Idoso. Se analisarmos os dados no total de idosos no empreendimento, nos deparamos com um percentual





menor, mas ainda dentro do mínimo estabelecido. Infere-se assim, que as ações previstas para a população devam contemplar prioritariamente o público cuja ocorrência é mais frequente, ou seja, a faixa etária produtiva.

TABELA 22: FAIXA ETÁRIA DOS MORADORES		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
0 a 4	36	10%
5 a 9	33	9%
10 a 14	50	13%
15 a 17	23	6%
18 a 21	24	6%
22 a 24	18	5%
25 a 29	32	9%
30 a 39	65	18%
40 a 49	36	10%
50 a 59	35	9%
60 a 65	7	2%
Acima de 65	10	3%
TOTAL	369	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

Disto podemos concluir que muitos dos beneficiários do Residencial São Domingos podem estar ou ser inseridos no mercado de trabalho e com isto, diminuir a vulnerabilidade social entre as famílias, visto que 11% dos chefes de família estão desempregados ou só trabalham eventualmente, no caso, 16%.

8.2.4 Crianças e jovens

Quanto à ocorrência de menores presentes nas famílias beneficiadas, 35 das famílias entrevistadas não apresentam menores de idade em sua composição familiar o que equivale a 29% do total. Nas demais, 38 famílias (31%) não tem menores, 28 (23%) tem no mínimo dois menores,



15 (13%) tem ao menos 3 menores, nenhuma família tem quatro menores, 3 (3%) apresenta mais de 4 menores de idade, e um caso não foi informado.

TABELA 23: QUANTITATIVO DE CRIANÇAS E JOVENS		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
0	35	29%
1	38	31%
2	28	23%
3	15	13%
4	0	0%
Acima de 4	3	3%
Não Informado	1	1%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

8.2.5 Escolaridade

No que se refere à escolaridade dos membros das famílias (excetuando-se aqui os chefes) identificou-se, segundo os dados apresentados na tabela abaixo que 59% ainda não concluíram os estudos.

TABELA 24: GRAU DE INSTRUÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Analfabeto	4	2%
Alfabetizado	7	3%
Sem idade escolar	15	6%
Pré-escola	22	9%
Ensino fundamental incompleto	110	44%
Ensino fundamental completo	9	4%
Ensino médio incompleto	31	12%
Ensino médio completo	23	9%
Curso técnico incompleto	1	0%
Curso técnico completo	0	0%
Curso superior incompleto	7	3%





Curso superior completo	1	0%
Não informado	19	8%
TOTAL	249	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

8.2.6 Situação empregatícia

Com base no levantamento de dados das famílias pesquisadas identificou-se que a ampla maioria, 84% (104) dos casos apenas 1 ou 2 dos moradores exerce alguma atividade de trabalho. Um dado relevante é o fato de 14 das famílias pesquisadas relatarem que ninguém no domicílio trabalha, o que requer a proposição de ações que visem à promoção de ações que possibilitem a subsistência dessas famílias no empreendimento. Esses quantitativos podem ser verificados na tabela abaixo:

TABELA 25: OCORRÊNCIA DE MORADORES QUE EXERCEM ATIVIDADE LABORAL		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Sim	41	16%
Não	84	34%
Sem idade	111	45%
Não informado	13	5%
TOTAL	249	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

Entre as famílias pesquisadas foi percebida a ocorrência de apenas 16% de membros das famílias trabalhando, já em 34% (84) dos casos os membros da família não trabalham e 45% (111) não têm idade mínima para trabalhar, perfazendo um total de 78% dos membros das famílias beneficiárias que não cooperam com as despesas familiares, o que impõe aos membros economicamente ativos a obrigatoriedade de suprir as despesas familiares pré-existentes e as geradas com a forma do “novo morar”.





TABELA 26: NÚMERO DE MORADORES TRABALHANDO		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
0	14	12%
1	71	59%
2	30	25%
3	3	2%
4	1	1%
Não Informado	1	1%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

Quanto ao tipo de vínculo de trabalho entre os membros das famílias, preponderou a inexistência de vínculo em 77% das situações ou a relação de trabalhista era fundamentada em atividades desprovidas de garantias, autônomos 4% (11) e eventual 3% (8), fato este que repercute sobremaneira na renda e na estabilidade econômica das famílias, tendo em vista que por não possuírem vínculo e conseqüentemente não possuírem salário fixo o pagamento de suas despesas fica atrelado a obtenção de recurso para tal fim. Os regidos pela CLT foram 6 % (14), as demais tipologias podem ser observadas na tabela na seqüência.

TABELA 27: TIPO DE VÍNCULO DOS MEMBROS		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
CLT	14	6%
Contratado temporário	1	0,4%
Autônomo	11	4%
Eventual	8	3%
Pensionista	2	0,8%
Aposentado	4	1,6%
Não Possui	191	77%
Outros	3	1,2%
Não informado	15	6%
TOTAL	249	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.



8.2.7 Renda familiar

Um dos critérios determinantes para o beneficiamento no PMCMV – Faixa 1 é a família possuir renda máxima de R\$ 1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais), conforme estabelecido na Portaria nº 168 de 12 de abril de 2013 do Ministério das Cidades.

Com relação à renda familiar foi possível concluir conforme exposto a seguir que a frequência relativa na faixa de renda que compreende de $\frac{1}{2}$ até 3 salários mínimos é bem significativa perfazendo um total de 86% das famílias.

TABELA 28: RENDA MENSAL FAMILIAR		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Sem renda	1	1%
Até $\frac{1}{2}$ SM	10	8%
Acima de $\frac{1}{2}$ a 1 SM	38	32%
Acima de 1 a 2 SM	50	42%
Acima de 2 a 3 SM	15	12%
Acima de 3 a 5 SM	2	2%
Não informado	4	3%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

Um fato relevante foi que apenas 9% das famílias se declararam como sem renda ou com renda de até meio salário mínimo. Com isto podemos concluir que a maioria das famílias beneficiárias tem alguma renda, por menor que seja, para custear os valores advindos com o financiamento do imóvel, haja vista ser o valor da parcela equivalente a apenas 5% da renda declarada pela família. Ressalta-se que para esta análise não foram considerados como fonte de renda os benefícios federais como Programa Bolsa Família – PBF e o Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Outro fator a ser considerado é a existência de 03 (três) famílias que possuem renda entre 3 a 5 salários mínimos. Pontua-se aqui que tal fato denota a ascensão financeira das famílias em questão, visto que conforme dito acima para a ocorrência do beneficiamento é exigido pelo



Ministério das Cidades e analisado pela instituição financeira o limite máximo de R\$ 1.600,00 de renda familiar.

8.2.8 Pessoas com deficiência

Das famílias que mencionaram informações concernentes a qualquer tipo de deficiência, temos os dados de 108 famílias. No tocante à ocorrência de pessoas com deficiência nas famílias entrevistadas no Residencial constatou-se que 3 possuem membros com deficiência auditiva, 6 visual, 6 motora, sendo 1 destes com deficiência motora total, 3 com deficiência dos membros inferiores, 6 mental, 62 relataram nenhuma deficiência e 22 não informaram, conforme pode-se observar a seguir:

TABELA 29: NÚMERO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA FAMÍLIA		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Deficiência auditiva	3	2%
Deficiência visual	6	5%
Deficiência motora	6	5%
Deficiência mental	9	8%
Nenhuma	74	62%
Não informado	22	18%
TOTAL	120	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

Com base na aplicação dos BIC's foi possível identificar também o tipo de deficiência motora encontrada na pesquisa, e chegou-se ao seguinte quantitativo de 2% (1) de pessoas com deficiência motora total e de 7% (3) de pessoas com deficiência parcial (membros inferiores).

TABELA 30: TIPO DE DEFICIÊNCIA MOTORA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Total	1	17%
Parcial	3	50%
Não informado	2	33%



TOTAL	6	100%
--------------	----------	-------------

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

Diante das informações acima contidas na Tabela 29, podemos concluir que no Residencial São Domingos foi obedecido o critério de seleção concernente às famílias de que façam parte pessoas com deficiência e a obrigatoriedade de reserva de 3% das unidades para este tipo de público, com 06 (seis) membros com deficiência motora, ultrapassando até mesmo a quantidade de unidades habitacionais adaptadas para pessoas com deficiência, que é de 04 (quatro) apartamentos.

Com relação à necessidade de adaptação da unidade habitacional, torna-se evidente que os contemplados com imóveis adaptados são os que apresentam deficiência motora total ou parcial (membros inferiores), pois nestes casos há a necessidade do uso de cadeiras de rodas. Dos dois deficientes na Tabela 30, que não estão com o tipo de deficiência informado podemos concluir que não necessitam de unidade adaptada, mas apenas de um imóvel localizado no pavimento térreo.

8.2.9 Beneficiamento em programas sociais

Quanto às famílias que são atendidas por programas sociais, observamos que a maior incidência de atendimento é do Programa Bolsa Família, com 40 % (52) famílias atendidas. Observou-se que das famílias beneficiadas, 6% (8) advinham do Programa de Locação Social, estando evidente a situação de vulnerabilidade existente. No tocante ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, temos que 11% (14) famílias recebem este benefício.

Das demais famílias 23% (29) não recebem qualquer tipo de benefício e as outras 20% (26) famílias não informaram a participação em nenhum programa social. Salientamos que, pelo fato da possibilidade da participação em mais de um programa social, estes dados ultrapassam o valor das 120 famílias beneficiadas. Tais informações estão elencadas a seguir:





TABELA 31: FAMÍLIAS ATENDIDAS POR PROGRAMAS SOCIAIS		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Programa Bolsa Família	52	40%
BPC	14	11%
Programa de Locação Social	8	6%
Nenhum	29	23%
Não informado	26	20%
TOTAL	129	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, abril/2013.

9 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Das associações comunitárias presentes na região, a mais conhecida delas é a Associação Comunitária dos Carentes do Grande Jangurussu, que tem como responsável a senhora Antônia do Socorro dos Santos, conhecida popularmente por Mana. A referida senhora é beneficiária no Residencial São Domingos e algumas das famílias beneficiadas fazem parte da dita Associação.

Outra associação presente na região é a Associação Comunitária em Busca dos Direitos e Crescimento Social dos Bairros de Fortaleza – ACEDICSOF com famílias também beneficiadas no mesmo empreendimento.

9.1 Bases associativas

9.1.1 Associações e ONG's na região do empreendimento

A seguir trazemos um levantamento e exposição das demais associações e organizações não governamentais (ONG's) existentes na área de abrangência da Secretaria Regional VI (SER VI) o que compreende a região onde está situado o Residencial São Domingos.





TABELA 32: LISTA DE ASSOCIAÇÕES E ONGS NA SER VI

NOME	ENDEREÇO	ÁREA DE ATUAÇÃO	DISTÂNCIA ATÉ O EMPREENDIMENTO
Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas - AIMCA	Rua Paulo Setubal, 350 - Messejana	Assistência Social Educação Cultura Saúde	3,7 km
Fundo de Apoio Comunitário - FAC	Av. Perimetral, 5305 - Jangurussu	Assistência Social	4,1 km
Instituto de Prevenção a Desnutrição e a Excepcionalidade	Rua Profº. Carlos Lobo, 15 - Cidade dos Funcionários	Assistência Social	8,2 km
Instituto Dr. Rocha Lima de Proteção e Assistência a Infância	Rua Eretides Martins, 977 - Alagadiço	Assistência Social	8,3 km
Projeto da Criança da Comunidade Unida	Av. 28 de Agosto, 1293 - Jardim União	Assistência Social Educação Saúde	6,6 km
Associação Beneficente da Lagoa Redonda	Rua Pedro Mamede, 175 - Lagoa Redonda	Educação	10,4 km
Associação Beneficente de Valorização à Vida	Rua Serra Azul, 986 - Conjunto Palmeiras	Assistência Social	3,3 km
Associação Beneficente Euro-Brasileira – Abeb	Rua 02 de Abril, 150 - Messejana	Educação Cultura	6,2 km
Associação Comunitária do Bairro de Paupina	Rua Luiz Francisco Xavier, 1113 - Paupina	Assistência Social	5,2 km
Associação Comunitária do Conjunto Palmeiras	Rua Cantareira, s/n - Conjunto Palmeiras	Assistência Social	3,8 km
Associação das Mães Vigilantes do Jangurussu	Rua E, 40 – Conjunto João Paulo II - Jangurussu	Assistência Social	3,5 km
Associação de Apoio ao Menor Carente do Conjunto Palmeiras	Av. Castelo de Castro, 2100 - Conjunto Palmeiras	Assistência Social	2,5 km
Associação de Moradores da Favela Brejo Santo	Rua Coronel José de Moura, 404 - Ancuri	Assistência Social	3,9 km





Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Pedra – ASMOAPE	Rua Jose Nogueira, 120 - Pedra	Educação	2,5 km
Associação de Moradores Força Maior do Conjunto Palmeiras – AMFMCP	Rua Caxumba, 2326 Palmeiras.	Assistência Social	2,7 km
Associação de Moradores Unir e Lutar da Comunidade de Boa Vista	Rua Manoel Rodrigues, 325, Boa Vista – Castelão	Assistência Social	7,9 km
Associação de Pais, Mestres e Comunitários – APMC do Centro Social Dona Ângela Pompeu	Rua Olavo Bilac, 704 - Alagadiço	Educação Cultura	7,9 km
Associação Nossa Senhora da Conceição da Comunidade do Sítio São José em Messejana	Avenida Tenente José Newton, 27 - Messejana	Assistência Social Educação	5,2 km
Centro Comunitário Santa Maria	Rua Joceno Monteiro, 547 - Parque Santa Maria	Assistência Social	4,4 km
Centro de Educação Cívico de Messejana – Cecime	Rua Joaquim Bento, 462 - Messejana	Educação Assistência Social	3,9 km
Comunidade Kolping de Boa Vista	Rua General Romel, 576 - Boa Vista	Educação Assistência Social	7,1 km
Conselho Comunitário do Parque Iracema – Ccpi	Rua Inácio Vasconcelos, 663 - Parque Iracema-Messejana	Educação	5,3 km
Creche Comunitária Cantinho Feliz	Rua da Praça, 153 – Conjunto Tasso Jereissati - Jardim das Oliveiras	Assistência Social Educação Cultura	9,9 km
		Educação	
Fundação Beatriz Pitombeira	Rua Evaristo de Castro, 235 - Parque Manibura	Assistência Social	8,6 km
Fundação Benjamim Melo	Rua Arnaldo Osório, 900 - Jardim Das	Assistência Social	8,6 km





	Oliveiras		
Fundação de Assistência Comunitária Cearense - Face	Rua Santa Ângela, 579 - Messejana	Assistência Social	2,0 km
Fundação de Ciências e Pesquisa Maria Ione Xarez Vasconcelos – Funcipe	Rua Botelho Magalhães, 56 - Cidade dos Funcionários	Educação	7,4 km
Fundação Edson de Queiroz	Av. Washington Soares, 1321 - Edson Queiroz	Educação Assistência Social	11,7 km
Fundação Educacional André Luís	Av. Presidente Costa e Silva, 5255 - Jangurussu	Assistência Social	4,4 km
Instituto Volta Vida	R. Raquel Florêncio, 201 - Lagoa Redonda	Assistência Social	7,6 km
Instituto das Mensageiras de Santa Maria	Av. Washington Soares, 975 - Edson Queiroz	Assistência Social Educação	14,7 km
Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis – Ider	Rua Vicente Lopes, 330 - Parque Manibura	Cultura	8,0 km
Instituto Missionário da Divina Providência	Rua José André, 495 - Lagoa Redonda	Assistência Social	7,4 km
Projeto Comunitário de Apoio ao Menor Carente	Rua Nossa Senhora de Fátima, 138 - Aerolândia	Saúde Assistência Social Educação Cultura	9,2 km
Projeto Comunitário Nova Vida	Rua da Asa, 101 - Aerolândia	Assistência Social Saúde Cultura Educação	9,2 km
Projeto Missionário da Aliança Bíblica Universitária	Rua Itaboraí, 255 - Castelão	Educação Cultura Assistência Social	5,0 km
Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Bairro Messejana	Rua 24 de Novembro, 645 - Messejana	Assistência Social	4,9 km
Sociedade Comunitária Habitacional do Barro	Rua Jose Júlio Feitosa, 479 - Lagoa Redonda	Assistência Social	8,7 km





Duro			
Sociedade Vinte de Agosto	Rua Frei Henrique, 48 - Messejana	Educação	4,7 km

É importante frisar frente a listagem das associações e ONG's acima que as mesmas se mostram como potenciais parceiras na execução das atividades propostas nos eixos de atuação do PTS. Conforme apregoa o Relatório de Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos e Urbanos (RDD), na Portaria nº 168 de abril de 2013, deve-se considerar o raio de 2,5 km para o levantamento dos equipamentos que irão suprir a demanda do Residencial. Embasando-se nisso observa-se que no raio de 2,5 km encontra-se apenas 3 equipamentos sociais, deste feito não se pode restringir a possibilidade de parcerias em um raio tão ínfimo em relação a grandeza do trabalho social. Quando ampliamos o raio para 5 km verificamos a incidência de mais 13 equipamentos que vem ampliar as probabilidades consortes, e acima deste raio ainda encontramos mais entidades que possam vir a colaborar com o desenvolvimento organizativo, comunitário, sanitário, ambiental e empregatício no Residencial São Domingos.

Há de se lembrar que o Residencial dista apenas 1,9 km do Terminal de Messejana o que pode vir a facilitar o engajamento e participação dos beneficiários nas entidades elencadas, e quiçá em outras.

10 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de atividades (ANEXO D) consiste no conjunto de ações propostas organizadas de forma gradual, racional e lógica para a concretização dos objetivos do PTS. Nele é estabelecida a demanda apresentada pela comunidade, objetivo, ação, metodologia, metas, indicadores, instrumentos de avaliação e meses de execução de cada atividade.

Destaca-se que, mediante às demandas da comunidade, o viés metodológico das atividades poderá ser alterado, desde que seja respeitado o orçamento previsto com justificativa técnica e prévio entendimento com a Unidade Executora – Prefeitura Municipal de Fortaleza. Tal alteração é pertinente para uma melhor adequação das técnicas aos objetivos de cada atividade,



bem como à realidade da comunidade, visto que não modificará o valor contratual nem o objeto contratado.

10.1 Detalhamento metodológico das atividades

A metodologia do projeto constitui-se como condição fundamental para que as ações a serem desenvolvidas contribuam efetivamente para a satisfação das necessidades da população beneficiária. Aplicar uma metodologia é um desafio que exige dos profissionais envolvidos criatividade, agilidade e planejamento inteligente na adoção das soluções, seja na implementação de novas estratégias ou na melhoria das já elaboradas. No entanto, o trabalho necessita ser sistematizado a partir de uma visão estratégica da realidade da comunidade a ser trabalhada, assim como a organização e coordenação das ações a serem desencadeadas.

O trabalho consta de uma metodologia participativa e está fundamentado na concepção de educação emancipatória, percebendo o indivíduo como um todo e inserido em um contexto social, econômico, político e cultural, reconhecendo-o como o principal sujeito propulsor de sua trajetória, capaz de discutir, refletir e realizar experiências que o ajude a superar contradições individuais e coletivas enfrentadas em seu cotidiano. Diante disso, a metodologia nesse projeto será desenvolvida com base na participação, de acordo com o contexto social, da população beneficiária, bem como, as peculiaridades da área de intervenção considerada, com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida, com o pleno exercício da cidadania da população contemplada e a autogestão da comunidade. Nessa perspectiva, busca-se, de forma contínua e processual, o desenvolvimento e a autonomia das famílias para que se efetive o seu processo de transformação.

Diante disso, a metodologia proposta contém instrumentos de participação popular, de forma que os moradores assumam o papel de sujeitos no processo de realização do TS, sendo os instrumentos de avaliação desenvolvidos a partir de indicadores construídos em coerência com os objetivos estabelecidos e as atividades implantadas. As avaliações das atividades devem acontecer ao longo da execução do Projeto e devem ter caráter participativo para que se possam incidir os ajustes necessários e/ou redirecionamento das ações.

Caso as ações que não estejam contempladas nesse projeto e, porventura, surjam no decorrer do processo, deverão ser articuladas a partir do diálogo, participação e construção



permanente com a população, assim como, a possibilidade de parcerias com diversas instituições governamentais e não governamentais que poderão possibilitar novas ações complementares a esse projeto e que visam dar sustentabilidade posterior às ações do mesmo.

No que se refere ao material didático que será utilizado nas atividades deverá contar com uma linguagem acessível que contemplem todos os públicos. As atividades, também, devem contar com meios lúdicos como dramatizações, colagens, fantoches, dinâmicas de grupo, rodas de conversa para otimizar a compreensão e sensibilização dos beneficiários. Além disso, é importante que as listas de frequência a serem utilizadas nas atividades devam conter além dos nomes dos participantes, o endereço dos mesmos.

Abaixo seguem as discriminações metodológicas de cada atividade a ser desenvolvida no PTS divididas pelos eixos de atuação:

10.1. 1 Eixo Mobilização e Organização Comunitária

MOC - AÇÃO 1: Oficina de apresentação da equipe técnica que executará as atividades do Trabalho Social, bem como expor as ações que estão contempladas nos eixos a serem trabalhados.

Esta atividade tem com meta contar com a presença em massa dos moradores, sendo necessária presença de pelo menos 80% dos beneficiários a fim de se poder justificar e aprovar a atividade, haja vista ser esta a primeira atividade do processo de introdução do TS e explanará sobre todos os eixos e atividades a serem trabalhados junto às famílias. Seu objetivo é situar a população alvo sobre a dinâmica do mesmo, para fins de conhecimento, identificação de interesses em alguma atividade em particular e participação nas mesmas, além do conhecimento da intervenção e suas repercussões junto à comunidade com vistas à adesão ao Projeto. Os mecanismos de divulgação desta ação previstos são: mobilização das famílias beneficiárias por meio de convites e afixação de cartazes. Durante o desenvolvimento da ação será realizada uma explanação acerca da origem dos recursos, itens de investimento, quantidade de famílias, atividades/ações previstas e prazos de execução do PTS, além de uma oficina de apresentação com



interação do público-alvo, levantamento de expectativas e coleta de sugestões. Essa atividade será verificada e avaliada quanto à efetividade de sua implementação através de registro fotográfico, lista de frequência, relatório descritivo das atividades constando os principais questionamentos, contribuições, sugestões e demais informações pertinentes às atividades, percentual de famílias beneficiárias mobilizadas, percentual de participantes, grau de envolvimento, quantidade ou descrição das manifestações, interações, discussões e encaminhamentos.

MOC - AÇÃO 2: Oficinas de capacitação acerca da organização e gestão comunitária com as lideranças representativas do Residencial.

Atividade a ser desenvolvida em articulação com as lideranças do empreendimento fortalecendo assim um bom relacionamento entre tais representações comunitárias existentes. A mobilização da população alvo (lideranças) será através da entrega de convites; e a ação será realizada através de oficinas de modo a capacitar ou aumentar a habilidade acerca da organização e gestão comunitária. Ainda será abordada com a liderança mobilizada a importância do síndico e da Comissão Gestora na organização dentro de um empreendimento do PMCMV e suas funções, assim como esclarecer que qualquer beneficiário pode ingressar em tal Comissão. Essa atividade será verificada e avaliada quanto à efetividade de sua implementação através de percentual de participantes integrantes das lideranças alvo destes encontros ou pela participação significativa de representantes destas, grau de envolvimento, quantidade ou descrição das manifestações, interações, discussões e encaminhamentos, além de registro fotográfico, lista de frequência, relatório descritivo da atividade.

MOC - AÇÃO 3: Plantão Social (pouso quinzenal no Residencial).

Esta atividade será realizada junto à população beneficiária através da aplicação de instrumental específico a fim de se identificar as demandas geradas pela população do empreendimento e a partir delas estabelecer uma interlocução entre os entes públicos competentes visando dar respostas a tais demandas. Esta ação objetiva reconhecer e possibilitar o



alcance/atendimento das necessidades dessas famílias mediante encaminhamentos ou estabelecimento de parcerias que viabilizem o acesso destas a tais serviços. O mecanismo de divulgação desta ação é afixação de cartazes. O registro da execução e avaliação da efetividade de implementação da mesma poderá ser confirmado mediante assentamento em livro de ocorrências, relatório, ficha por unidade habitacional, entre outros, percentual de famílias beneficiárias mobilizadas, percentual de participantes, grau de envolvimento, quantidade ou descrição das manifestações, interações, discussões e encaminhamentos e número de atendimentos realizados. Por tratar-se de uma atividade continuada cuja adesão está atrelada à procura da população diante das demandas que vão surgindo, não se estabelece um percentual mínimo de participação na mesma.

MOC - AÇÃO 4: Participação nas atividades de Gestão condominial

Ação realizada conjuntamente entre a empresa contratada para desenvolver as atividades de gestão condominial e o proponente interligando os trabalhos desenvolvidos nos eixos do trabalho social às atividades implementadas pela gestão do condomínio. Por tratar-se de uma ação que impacta diretamente na vida das famílias moradoras do empreendimento e considerando que as determinações da comissão gestora e da empresa responsável pela Gestão Condominial devem ser baseadas na consulta e no levantamento das opiniões e propostas coletivas, a representação expressiva de 70% se faz necessária nesta atividade.

A ação se efetivará através da mobilização e convocação dos membros integrantes da comissão gestora do empreendimento para participar nas reuniões e demais moradores que desejarem ficar a par dos temas norteados pelo Eixo de Gestão Condominial. A atividade será verificada e avaliada quanto à efetividade de sua implementação através da identificação da porcentagem de famílias presentes as atividades propostas por esse eixo, registros fotográficos lista de frequência e aplicação de instrumental de avaliação pertinente.

MOC - AÇÃO 5: Reunião das famílias beneficiadas com os gestores dos equipamentos públicos para esclarecimentos acerca da gestão, do acesso e serviços disponíveis.





Ação executada através de articulação prévia junto aos órgãos públicos, para fins de identificação e socialização da oferta de serviços/atividades de utilidade pública existentes em equipamentos na região. Estabelecer contato com os equipamentos das respectivas políticas de saúde, educação, assistência, esportes, cultura, lazer, entre outros disponibilizados em CRAS, CREAS, Posto de Saúde, SER VI, etc. Pretende-se realizar tal ação com o máximo de órgãos existentes na regional e entorno do empreendimento e, levando-se em consideração a relevância a qual o atendimento dos equipamentos públicos tem no cotidiano das famílias, visamos realizar a atividade com presença mínima de 50% das famílias do residencial. A ação se concretizará mediante mobilização das famílias, através da distribuição de convites e afixação de cartazes. A atividade será verificada e avaliada quanto à efetividade de sua implementação através da porcentagem de participantes, porcentagem de instituições presentes no evento, porcentagem de atendimentos realizados, nível de participação e nível de avaliação, através da aplicação de instrumental de avaliação.

MOC - AÇÃO 6: Ação de Cidadania com a oferta de serviços em articulação com instituições parceiras públicas e privadas.

A ação será executada na perspectiva de estimular a integração das famílias com as entidades da sociedade civil representadas por associações, organizações não governamentais e afins tendo em vista a necessidade de socialização entre as representações comunitárias e as famílias beneficiárias. Os mecanismos de divulgação de tal atividade perpassam desde o contato com parceiros para realização das atividades (PROCON, SENAC, SETRA, SDE, SMS, SECEL, CUCA, SER VI) até a mobilização das famílias por meio de cartazes coloridos. Para um resultado satisfatório na realização desta atividade, se faz relevante a presença majoritária dos parceiros e o máximo de atendimento realizados às famílias, de acordo com as demandas e necessidades existentes apontadas pelas mesmas. Os indicadores de efetividade do processo de implementação de tal ação bem como a verificação e avaliação da mesma se darão por meio do levantamento da porcentagem



de participantes, quantidade de tipos de serviços ofertados, número de atendimentos realizados, nível de participação na mesma e nível de avaliação dos participantes da ação.

MOC - AÇÃO 7: Avaliação de satisfação posterior às atividades realizadas pelo Trabalho Social, através de instrumental próprio para posterior apresentação dos dados coletados.

Esta ação objetiva identificar o nível de satisfação das famílias beneficiadas, bem como os resultados obtidos com as atividades realizadas com o trabalho social, tal atividade justifica-se pela necessidade de se verificar a efetividade do Trabalho Social sobre a vida das mesmas e como esse repercutiu nos diferentes eixos de atuação do mesmo. Como forma de apreender o resultado acerca do trabalho desenvolvido pelo Trabalho Social, o nível de satisfação apontado por pelo menos 70% das famílias beneficiárias seria um número relevante para que a ação tenha efetividade. O meio de difusão da mesma será através da busca ativa no residencial, a atividade será verificada e avaliada por meio da elaboração de instrumental de avaliação do Projeto de Trabalho Social e aplicação deste com posterior sistematização dos dados obtidos. Os indicadores de efetividade do processo serão baseados no número de instrumentais aplicados, porcentagem dos participantes, nível de participação e nível de avaliação do processo. Posteriormente, deverá ser realizado um momento solene de apresentação dos resultados obtidos junto aos beneficiários do Residencial e encerramento oficial das atividades do TS.

10.1.2 Eixo Educação Sanitária e Ambiental

ESA - AÇÃO 1: Oficinas sobre a gestão de resíduos sólidos.

A oficina se dará na perspectiva de disseminar a importância de conservar o meio ambiente e promover ações de sustentabilidade no empreendimento sensibilizando as famílias acerca da importância da separação do lixo e da coleta seletiva, a fim de propiciar um ambiente coletivo mais saudável e ecologicamente sustentável. Para sua execução será necessário firmar parcerias com SEUMA e organizações não governamentais, mobilizar as famílias através de convites e afixação de cartazes. A avaliação e verificação do desenvolvimento da atividade em si poderá ser mensurado



pela quantidade de famílias participantes, nível de participação das mesmas e nível de avaliação dos envolvidos, composição de relatório da atividade, utilização de frequência na atividade, registros fotográficos e aplicação de instrumental de avaliação da atividade. Por tratar-se de um aspecto que influirá diretamente na melhoria da qualidade de vida da população residente se faz necessária uma efetiva participação nesta oficina, com percentual mínimo de 50% dos moradores do empreendimento a fim de se disseminar uma cultura de preservação e boa manutenção do espaço que os cerca, promovendo a sustentabilidade do ambiente.

ESA - AÇÃO 2: Plantio de árvores.

Atividade destinada a sensibilizar as famílias residentes no empreendimento motivando as famílias a perceber a importância da arborização das áreas do residencial desprovida de árvores, o que favorece a redução da temperatura ambiente, da poluição urbana, redução dos ruídos e da incidência dos raios solares nas habitações, contribuindo assim, para padrões de vida mais saudáveis e sustentáveis do ponto de vista ecológico. Para a efetivação desta ação faz-se necessário a articulação de parcerias com SEUMA, EMLURB e organizações não governamentais, para a disponibilização das mudas, mobilizar as famílias através de afixação de cartazes e o efetivo plantio destas nas áreas em que há ausência de vegetação dos espaços comuns. A fim de se avaliar a efetividade da implementação desta ação propõe-se verificar a porcentagem de famílias participantes, o número de mudas cultivadas, nível de participação na atividade e o nível de avaliação dos participantes, já para examinar sua execução propõe-se elaborar relatório da atividade, utilizar frequência, registros fotográficos e o instrumental de avaliação da atividade. Considera-se a porcentagem mínima estimada para a certificação da efetividade desta atividade pelo menos 50% dos moradores por tratar-se ação que fomentará a consciência de preservação e valorização do meio ambiente impactando diretamente na qualidade de vida da população beneficiária.

ESA - AÇÃO 3: Oficinas sócio-educativas sobre "Álcool, crack e outras drogas" com os adolescentes do Residencial.



A ação propõe-se a atuar prioritariamente junto ao público de jovens/adolescentes, frequentemente mais vulnerável e suscetível ao envolvimento/uso de entorpecentes sensibilizando-os e conscientizando-os para os riscos e consequências resultantes do uso destas substâncias, promovendo assim, a prevenção do uso de álcool, crack e outras drogas entre este público residente no empreendimento. Para a implementação desta atividade faz-se necessário à formação de parcerias e articulação junto a Coordenadoria de Políticas sobre Drogas, CAPS-AD, CREAS, entidades privadas e não governamentais que atuem na área de prevenção ao uso de drogas. Como meio de difusão da mesma propõe-se que sejam mobilizados os jovens de 10 a 29 anos através de convites e afixação de cartazes. A avaliação de sua efetividade se dará por meio de alguns indicadores os quais serão: número de instituições presentes, quantidade de participantes, nível de participação, nível de avaliação. Já a verificação da execução da mesma se dará por meio de relatório da atividade, frequência da atividade, registros fotográficos e o instrumental de avaliação da atividade. Considerando que 25 % dos moradores do empreendimento encontram-se na fase da adolescência, idade compreendida entre 10 e 19 anos e período onde a incidência de casos de envolvimento com drogas é mais frequente, para a efetividade da ação se buscará atingir 100% dos jovens nesta faixa etária com tais oficinas.

ESA – AÇÃO 4: Campanha educativa de vacinação.

A finalidade de tal ação é conscientizar e disseminar por meio da promoção a redução de doenças que comumente surgem na população e que podem ser evitadas com a devida imunização, estimulando a população a compreender a necessidade de atualizar os cartões de vacinação das crianças, adolescentes, mulheres, homens, idosos e até mesmo os animais (cachorros e gatos). Para sua execução e difusão da campanha entre os moradores, faz-se necessário firmar parcerias com a SMS, Centro de Zoonoses, Distrito de Saúde da Regional VI, Unidades Básicas de Saúde do entorno, mobilizar as famílias através da afixação de cartazes e realização da campanha em si. No tocante a avaliar a efetividade da implementação desta ação alguns indicadores norteiam esse processo, porcentagem de famílias participantes, quantidade de doses/tipos de vacinas disponibilizadas, nível



de participação, nível de avaliação. Concernente a verificação da execução da mesma é possível através da composição de relatório da atividade, frequência da atividade, registros fotográficos, instrumental de avaliação da atividade. Por tratar-se de ação sanitária de preservação da saúde pública no empreendimento a meta desta ação é atingir 100% da população residente no residencial de forma a aferirmos sua efetividade.

10.1.3 Eixo Geração de Trabalho e Renda

GTR - AÇÃO 1: Oficina de apresentação dos programas, projetos e benefícios disponibilizados pelo Cadastro Único, de acordo com os critérios estabelecidos para atendimento em cada quesito.

A oficina objetiva esclarecer/informar à população residente no empreendimento sobre os benefícios oriundos do Cadastro Único tais como tarifa social de energia, carteira nacional de habilitação popular, telefone popular, isenção de concursos públicos federais, Programa Bolsa Família, Carteira Nacional do Idoso, Passe-Livre para Pessoa com Deficiência e outros programas, projetos e benefícios criados localmente. A ação se efetivará mediante a articulação junto à SETRA, os meios de divulgação da atividade serão através da mobilização das famílias por convites e afixação de cartazes e a realização em si da oficina. A avaliação e verificação da implementação da mesma se dará mediante avaliação da quantidade de famílias participantes, nível de participação, nível de avaliação, elaboração de relatório da atividade, frequência da atividade, registros fotográficos e aplicação de instrumental de avaliação da atividade. Para consolidarmos a efetividade de tal atividade é proposta a participação mínima de 50% da população residente no empreendimento com vistas a socializar informações a uma população cujo perfil é eminentemente de baixa renda, possibilitando a elucidação de dúvidas sobre os diversos programas sociais do Governo Federal e a inserção de pessoas que apresentem as condicionalidades necessárias, mas que por ventura, não estejam inseridas nos mesmos.

GTR - AÇÃO 2: Oficinas de apresentação e sensibilização para o engajamento nos programas educacionais: EJA, PROJOVEM, Ensino Regular, PROUNI.





Objetivando a melhoria nos índices de escolarização e conseqüentemente de acesso ao mercado de trabalho é que se propõem oficinas voltadas à socialização de informações referentes aos equipamentos de educação do entorno, identificação do número de vagas disponíveis e encaminhamento dos interessados a realizarem matrícula junto às referidas instituições (EJA, PROJOVEM, PROUNI e ensino regular). Para a implementação desta ação é necessária a busca por instituições de ensino para adultos no entorno do empreendimento que tenham capacidade de receber e atender este público de forma satisfatória, contribuindo para a melhoria dos índices de escolaridade. A ação deverá ser divulgada entre os beneficiários por meio de mobilização das famílias através de convites e afixação de cartazes e através da realização da própria oficina.

GTR - AÇÃO 3: Oficinas dialogadas de economia doméstica e financeira (abordagem de questões relacionadas à organização e rotinas domésticas, uso e aplicação do dinheiro, organização e planejamento da vida financeira).

As oficinas objetivam incentivar a organização e planejamento financeiro, a fim de que a quantia anteriormente disponibilizada para custeio de aluguel seja utilizada para sustento e bem estar da família, evitando o acúmulo de dívidas e uso desregrado da renda de forma a comprometer o orçamento a tal ponto que impossibilite a manutenção no empreendimento e as condições mínimas para o sustento e a sobrevivência da família. Sua execução se dará por meio de articulação e contato estabelecido com instituições (universidades, ONGs) que trabalhem nesta temática ou detenham conhecimento acerca dela, paralelamente ocorrerá a mobilização das famílias para se fazerem presentes tendo em vista a importância de discutir e propor medidas neste âmbito. A verificação e avaliação de sua execução se dará por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais a porcentagem de beneficiários presentes, nível de participação nas oficinas, nível de avaliação dos participantes, registros fotográficos, lista de frequência e instrumental de avaliação da atividade.



GTR - AÇÃO 4: Curso profissionalizante na área de gastronomia e segurança alimentar.

Esta ação tem como meta ofertar curso de 40h/aula (8h diárias) de forma a capacitar 30 pessoas entre os beneficiários do Residencial. O curso objetiva a promoção de qualificação profissional posterior inserção no mercado de trabalho, gerando assim o desenvolvimento de trabalho e renda mesmo que informalmente, o que possibilita a manutenção destas famílias no empreendimento, a autonomia e a qualidade de vida destas. Para sua execução será necessário articular parcerias com instituições que promovem capacitações/cursos de formação nas áreas de gastronomia e segurança alimentar entre os quais se destacam SETRA, SENAC, SDE; entretanto o TS já dispõe de recurso financeiro para o serviço técnico especializado na área do curso. A mobilização deverá ser através de afixação de cartazes no Residencial. Anteriormente a realização efetiva do próprio curso, deverá ser realizada inscrição/seleção dos alunos interessados e após sua conclusão deverá ser feito encaminhamento dos alunos concludentes ao Balcão de Empregos. A verificação e a avaliação de sua execução se darão por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais a quantidade de beneficiários presentes, nível de participação, registros fotográficos, lista de frequência e instrumental de avaliação do curso. A proposição deste curso se dá considerando as variáveis específicas obtidas através do diagnóstico social que revelam o perfil educacional e socioeconômico da população vislumbrada para este trabalho social considerando a expressiva porcentagem de membros das famílias que não concluíram os estudos ou mesmo que não possuem vínculo formal de trabalho. Considera-se também que em bairros circunvizinhos (como exemplo José Walter) tem-se uma alta incidência de estabelecimentos de serviços de bebidas e alimentação, conforme pesquisa realizada no ano de 2014 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), o que pode facilitar a empregabilidade pós o curso.

Assim para a efetividade deste curso considera-se para sua efetividade a presença de pelo menos 80% da meta de participantes estabelecida para este curso.



GTR - AÇÃO 5: Curso profissionalizante na área de infraestrutura, conservação e zeladoria.

Esta ação tem como meta ofertar curso de 40h/aula (8h diárias) de forma a capacitar 30 pessoas entre os beneficiários do Residencial. Os cursos objetivam impactar diretamente na qualificação profissional das famílias particularmente nas que estão em situação de maior vulnerabilidade, sem formação/qualificação técnica em área específica e sem atividade remunerada, o que compromete a manutenção das mesmas. Para a realização destes cursos é prevista a articulação de parcerias como SETRA, SENAC e entidades privadas que trabalham com cursos nas respectivas áreas; entretanto o TS já dispõe de recurso financeiro para o serviço técnico especializado na área do curso. A mobilização deverá ser através de afixação de cartazes no Residencial. Anteriormente a realização efetiva do próprio curso, deverá ser realizada inscrição/seleção dos alunos interessados e após sua conclusão deverá ser feito encaminhamento dos alunos concludentes ao Balcão de Empregos. A verificação e avaliação da implementação destes cursos far-se-á mediante a porcentagem de famílias participantes, número de participantes/inscritos, nível de participação, quantidade de encaminhamentos para o mercado de trabalho com êxito, registros fotográficos, lista de frequência e aplicação de instrumental de avaliação dos cursos. A proposição deste curso se dá considerando que em bairros circunvizinhos (como exemplo Passaré e Castelão) tem-se uma alta incidência de estabelecimentos ligados a construção civil, conforme pesquisa realizada no ano de 2014 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), o que pode facilitar a empregabilidade pós o curso. Dessa forma, para a efetividade deste curso, considera-se para sua viabilidade a presença de pelo menos 80% da meta de participantes estabelecida para este curso.

GTR - AÇÃO 6: Curso profissionalizante na área de cuidados (cuidadores de idosos).

Esta ação tem como meta ofertar curso de 40h/aula (8h diárias) de forma a capacitar 30 pessoas preferencialmente mulheres do Residencial. O curso objetiva a promoção de qualificação profissional posterior inserção no mercado de trabalho, gerando assim o desenvolvimento de trabalho e renda mesmo que informalmente, o que possibilita a manutenção destas famílias no





empreendimento, autonomia e qualidade de vida. Para sua execução será necessário articular parcerias com instituições que promovem capacitações/cursos de formação em cuidados infantis e de idosos, entre os quais se destacam SETRA, SENAC, SDE, e entidades privadas; entretanto o TS já dispõe de recurso financeiro para o serviço técnico especializado na área do curso. A mobilização deverá ser através de afixação de cartazes no Residencial. Anteriormente a realização efetiva do próprio curso, deverá ser realizada inscrição/seleção dos alunos interessados e após sua conclusão deverá ser feito encaminhamento dos alunos concludentes ao Balcão de Empregos. A verificação e a avaliação de sua execução se dará por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais o quantitativo de beneficiários presentes, nível de participação, registros fotográficos, lista de frequência e instrumental de avaliação do curso.

A proposição deste curso se dá considerando que a área do curso se encontra em franca expansão e traz boas possibilidades de empregabilidade visto o quantitativo de unidades de saúde no entorno no Residencial. Assim para a efetividade deste curso considera-se para sua viabilidade a presença de pelo menos 80% da meta de participantes estabelecida para este curso.

GTR - AÇÃO 7: Curso profissionalizante na área de informática.

Esta ação tem como meta ofertar um curso de 40h/aula (8h diárias) de forma a capacitar 30 pessoas entre os beneficiários do Residencial. O curso objetiva a promoção de qualificação profissional com posterior inserção no mercado de trabalho, gerando assim o desenvolvimento de trabalho e renda mesmo que informalmente, o que possibilita a manutenção destas famílias no empreendimento, autonomia e qualidade de vida. Para sua execução será necessário articular parcerias com instituições que promovem capacitações/cursos de formação na área de informática, entre os quais se destacam SETRA, SENAC, SDE, Rede CUCA Jangurussu e entidades privadas; entretanto o TS já dispõe de recurso financeiro para o serviço técnico especializado na área do curso. A mobilização deverá ser através de afixação de cartazes no Residencial. Anteriormente a realização efetiva do próprio curso, deverá ser realizada inscrição/seleção dos alunos interessados e após sua conclusão deverá ser feito encaminhamento dos alunos concludentes ao Balcão de Empregos. A verificação e avaliação de sua execução se darão por meio do levantamento de alguns



indicadores entre os quais a porcentagem de alunos presentes, nível de participação, registros fotográficos, lista de frequência e instrumental de avaliação do curso.

A proposição deste curso baseia-se na necessidade de inclusão digital dentro do mercado de trabalho e direcionamento para o empreendedorismo na criação de novos negócios. Assim para a efetividade deste curso considera-se para sua viabilidade a presença de pelo menos 80% da meta de participantes estabelecida para este curso.

10.2 Fontes de parcerias

A realização das atividades do Trabalho Social prevê a participação de outros órgãos municipais e/ou instituições privadas através da formação de parcerias com as mesmas, o que se considera estratégia fundamental para a execução das metas estabelecidas. Neste contexto, elencaremos parceiros que poderão ser contatados para a execução do TS. Salientamos que deverá ser vista a possibilidade real de firmar as parcerias com os entes mencionados neste PTS, pois deve ser considerada a condição das instituições destacadas, durante o período de execução das atividades, em possuir capacidade de atender e dispor do que for necessário. Deste modo, a empresa contratada não estará restrita apenas as entidades citadas neste Projeto de Trabalho Social, podendo firmar demais parcerias que visem à realização das atividades. Descrevemos abaixo algumas instituições:

Secretaria de Trabalho e Assistência Social – SETRA

Responsável pela efetivação da política de assistência social em Fortaleza. Possui ação descentralizada através dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro Especializado de Assistência Social – CREAS. O CRAS tem o objetivo de trabalhar o fortalecimento de vínculos das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ofertando os Serviços de convivência e Fortalecimento de Vínculos e na execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF através da concessão de benefícios assistenciais, como o Programa Bolsa Família, o Benefício da Prestação Continuada – BPC, dentre outros, e com o acompanhamento das famílias beneficiárias. O CREAS por sua vez, se caracteriza pelo atendimento de famílias que estejam



em situação de violação de direitos, e é o responsável pela execução de Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos – PAEFI, tratando de situações de violência e/ou abuso, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, medidas de proteção, trabalho infantil, e demais casos onde ocorreu a violação de direitos. A SETRA também é encarregada por coordenar as Políticas de Trabalho e Segurança Alimentar e Nutricional, fomentando a geração de emprego e renda e buscando garantir a segurança alimentar e nutricional dos usuários.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE

Criada pelo Decreto nº 13.128/2013, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE tem o objetivo de ações de desenvolvimento econômico autossustentável no município de Fortaleza. A SDE trabalha em dois eixos: Empreendedorismo e Atração de Investimentos. O empreendedorismo visa estimular os micro e pequenos empreendedores de Fortaleza, através de atividades de capacitação e de articulação com outras entidades, como bancos, para firmar parcerias e estreitar a relação com o empreendedor. Por sua vez a Atração de Investimentos trabalha na perspectiva de atrair os diversos tipos de negócios para Fortaleza.

Secretaria Municipal de Saúde – SMS

A SMS tem a função de ofertar os serviços do Sistema Único de Saúde no município de Fortaleza, atendendo as necessidades de saúde da população. Sua atuação consiste na ação conjunta em dois níveis distintos: a Atenção Primária e Secundária, que executa a política municipal de saúde de forma descentralizada por meio dos diversos equipamentos existentes, tais como: Os postos de saúde, os hospitais, as Unidades de Pronto Atendimento – UPA's, os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS e os Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's. A SMS ainda fornece outros serviços como Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, Farmácia Popular e a Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Riscos Biológicos.





Secretaria Executiva Regional VI - SER VI

A Secretaria Executiva Regional VI é um órgão que visa a descentralização administrativa do município de Fortaleza sendo responsável pela garantia de oferta de serviços nos vinte e nove bairros de seu território, atuando através da articulação com as demais secretarias municipais por meio dos distritos referentes a cada política pública que fazem parte dos setores da SER VI. No território de abrangência da regional contabiliza-se cerca de 600 mil habitantes, divididos nos bairros: Aerolândia, Ancuri, Alto da Balança, Barroso, Boa Vista (unificação do Castelão com Mata Galinha), Cambeba, Cajazeiras, Cidade dos Funcionários, Coaçu, Conjunto Palmeiras (parte do Jangurussu), Curió, Dias Macedo, Edson Queiroz, Guajerú, Jangurussu, Jardim das Oliveiras, José de Alencar (antigo Alagadiço Novo), Messejana, Parque Dois Irmãos, Passaré, Paupina, Parque Manibura, Parque Iracema, Parque Santa Maria (parte do Ancuri), Pedras, Lagoa Redonda, Sabiaguaba, São Bento (parte do Paupina) e Sapiranga, o conjunto destes bairros configura-se em 42% do território de Fortaleza.

Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Fortaleza - SEUMA

Entidade que regula e fiscaliza as questões pertinentes ao planejamento e controle do meio ambiente natural e o ambiente construído do Município de Fortaleza. Possui como objetivo realizar ações de planejamento e controle do município de Fortaleza, dotando a cidade de um plano diretor com suas leis regulamentadas (mobilidade, uso do solo, meio ambiente e código de obras e posturas), políticas urbano-ambientais pré-definidas, dotando a cidade de áreas específicas vinculadas aos instrumentos do Estatuto da Cidade (operações urbanas consorciadas), fiscalização integrada (urbano e ambiental).



Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização - EMLURB

A EMLURB foi constituída pela Lei nº 6.223 de 28 de setembro de 1987 é uma empresa pública de direito privado, integrante da administração indireta do Município de Fortaleza. Dentre suas competências esta a administração do Horto Municipal Falconete Fialho, que é o responsável por fornecer plantas para serem colocadas nos espaços públicos, tais como ruas, avenidas e praças, corroborando assim para o paisagismo da cidade de Fortaleza. No Horto são cultivadas mudas de diversos tipos de vegetais, desde plantas frutíferas, ornamentais, medicinais, etc. Diante das atividades exercidas pela EMLURB e do Horto Municipal é possível ser estabelecido parceria para realização das atividades referentes ao eixo de Educação Sanitária e Ambiental – ESA, na ação onde se prevê o plantio de árvores e demais ações que a empresa executora considere relevante sua participação.

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

O SENAC é entidade privada sem fins lucrativos, mantida através de empresários do comércio de bens, serviços e turismo. Atua no âmbito da educação profissional por meio da oferta de cursos nas mais diversas áreas, objetivando formar trabalhadores capacitados. Dentre as atividades propostas no Trabalho Social há a previsão para a realização de cursos profissionalizantes, contudo o valor definido para as atividades não contempla a logística para a realização do mesmo, tais como material didático (apostilas, livros), instrutor e material pedagógico. Neste contexto, a empresa executora do TS deverá articular com os parceiros afim de que estes possam disponibilizar os demais recursos.

Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA's

Os CUCA's inserem-se no Programa Integrado de Políticas Públicas da Juventude de Fortaleza (PIPPJF) como principal componente de execução e realização, a partir da qual todas as



demais ações do Programa poderão ser potencializadas. São equipamentos públicos, localizados em diferentes regiões administrativas da cidade de Fortaleza.

Os CUCA's possuem capacidade de atender mil usuários por mês cada, ofertar e realizar Cursos de Formação Inicial e Continuada, nível da educação profissional oferecido de forma livre, em função das necessidades do mundo do trabalho e da sociedade, a promoção da saúde física e mental através das diversas modalidades esportivas, desenvolvendo atividades de esporte em três eixos principais: Participação (lazer), Educação e Competição, bem como a sessão de espaços dos Cucas para a comunidade ensaiar e jogar, fazer apresentações e treinos em diversas atividades como: cosplay, swingueira, futebol de campo e de salão, teatro, artes marciais e capoeira. A Rede CUCA abrange três equipamentos mantidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza e que executa atividades voltadas para a juventude, tendo como público alvo jovens com idades entre 15 a 29 anos. Os CUCA's estão localizados em áreas estratégicas, com a existência de comunidades em vulnerabilidade social, e atualmente estão em funcionamento nos bairros: Barra do Ceará (Regional I), Mondubim (Regional V) e Jangurussu (Regional VI). A atuação dos CUCA's engloba a realização de cursos ofertados a população.

11 COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

11.1 Recursos Humanos

11.1.1 Equipe técnica social

A equipe técnica contratada deverá, necessariamente, dispor de profissionais qualificados e com experiência comprovada nas áreas de atuação a serem desenvolvidas no Projeto do Trabalho Social. Salienta-se que os supracitados profissionais devem atender os requisitos mínimos exigidos para cada área, tal como nível acadêmico compatível com as exigências dos serviços objeto deste PTS.

Visando garantir que as ações sejam desempenhadas de maneira articulada ao longo dos 12 (doze) meses de execução do Projeto, reforça-se que a equipe técnica deverá atuar de forma



conjunta e interdisciplinar. A contratada tem a obrigação de encaminhar à Unidade Executora Municipal os currículos comprovados dos profissionais ao início do Projeto, assim como, sempre que se fizer necessário, em casos de permuta de profissionais.

Os valores estabelecidos aos técnicos sociais embasam-se em valores pagos por cooperativas a profissionais do Serviço que trabalhe sem qualquer vínculo empregatício, vínculo estatutário ou de natureza semelhante. Apesar de outras categorias profissionais poderem compor os recursos humanos do PTS priorizamos tais honorários para que não ocorram prejuízos a nenhuma das categorias possíveis, principalmente a do Serviço Social.

A equipe técnica será composta por três profissionais. O primeiro ficará responsável pela Coordenação do Trabalho Social e deve ser integrante do Poder Público; onde também deverá obrigatoriamente possuir formação acadêmica em Serviço Social, devidamente regulamentada no conselho de classe, com comprovação de experiência de no mínimo dois anos em trabalhos com projetos sociais. Este profissional não trará nenhum ônus ao TS, e sua função é de acompanhamento e fiscalização das atividades a serem realizadas; deste feito não foi indicada a quantidade de horas a ser dispensada por tal profissional visto que o mesmo fará o devido acompanhamento mediante as possibilidades da Proponente.

Já o segundo profissional (conforme contratação pela empresa terceirizada) exercerá a função de Assistente Social, Cientista Social ou Sociólogo exigindo-se graduação em Serviço Social, Ciências Sociais ou Sociologia com registro no conselho de classe ou Ministério do Trabalho. Deverá atuar junto à execução e supervisão das atividades previstas no TS, sendo o profissional de referência para atestar a execução das ações realizadas.

Por fim, o terceiro profissional deverá ser um Assistente Social, com graduação em Serviço Social e devido registro no conselho regional de classe e será responsável por também executar as atividades previstas nos eixos do Trabalho Social.

Dispomos abaixo do quadro referente à composição da equipe técnica:





RECURSOS HUMANOS - EQUIPE TÉCNICA SOCIAL						
Profissional	Requisitos	Atribuição	Quant.	Horas Técnicas (quantidade)	Valor por hora (R\$)	Valor Total (R\$)
<u>Assistente Social I</u>	Graduação em Serviço Social; Registro no Conselho Regional de Serviço Social; Possuir experiência em prática profissional em ações sócioeducativas em intervenções de Habitação. (Andreia Cavalcanti Coelho de Almeida, Assistente Social, CRESS nº 4504, HABITAFOR/PMF)	Responsável Técnico – RT (Coordenação do Trabalho Social) – Declaração de capacidade técnica (ANEXO C). Coordenar, supervisionar e acompanhar a execução do TS, atestando a execução das atividades programadas.	1	—	0,00	0,00
<u>Técnico Social II</u>	Graduação em Serviço Social ou Ciências Sociais ou Sociologia; Registro no Conselho profissional; possuir experiência comprovada de no mínimo 02 anos em projetos que envolvam planejamento, desenvolvimento e participação comunitária com famílias de baixa renda e capacitação de lideranças. Profissional a ser contratado pela empresa licitada.	Responsável pela execução das atividades previstas e pela supervisão em conjunto com o coordenador do Trabalho Social da Proponente, de forma a atender as determinações da fiscalização do Ente Público.	1	122	46,04	5.616,88
<u>Assistente Social III</u>	Graduação em Serviço Social; Registro ativo no Conselho de classe; Experiência comprovada com associativismo, e/ou cooperativismo, e/ou sócio-economia solidária, e/ou formação de grupos produtivos, e/ou desenvolvimento de projetos comunitários para geração de trabalho e renda; bem como experiência comprovada em projetos que envolvam educação sanitária e ambiental. Profissional a ser contratado pela empresa licitada.	Desenvolver atividades relacionadas aos eixos de atuação do TS.	1	197	46,04	9.069,88
Total da equipe técnica (1)						14.686,76
Despesas indiretas (2)						3.671,69
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)						638,87
Despesas Financeiras (1%)						146,87
Imprevistos (3%)						440,60
COFINS (3%)						440,60
PIS/PASEP (0,65%)						95,46
ISS (5%)						734,34
Lucro (8%)						1.174,94
TOTAL GERAL (1 + 2)						18.358,45





11.1.2 Locação de veículo

A contratada deverá locar um veículo que será utilizado para o cumprimento das atividades do Projeto de Trabalho Social, considerando os 12 (doze) meses de execução do supracitado Projeto.

LOCAÇÃO DE VEÍCULO						
Item	Especificação	Quant.	Quant. de Ativ.	Valor por Ativ.	Período (meses)	Valor Total
Locação de Veículo	Utilitário na cor branca com 5 lugares (4 passageiros + motorista), seguro total, película anti-sol, combustível, com motorista habilitado e todos os demais acessórios obrigatórios.	1	18	353,33	12	6.360,00
Total (1)						6.360,00
Despesas Indiretas (2)						1.590,00
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)						276,66
Despesas Financeiras (1%)						63,60
Imprevistos (3%)						190,80
COFINS (3%)						190,80
PIS/PASEP (0,65%)						41,34
ISS (5%)						318,00
Lucro (8%)						508,80
TOTAL GERAL (1 + 2)						7.950,00

11.1.3 Serviços de Terceiros

Para a realização de algumas ações programadas nesse PTS dever-se-á contratar serviços de terceiros que venham apoiar a equipe técnica social e viabilizar a execução de tais ações. Para tanto, segue previsão orçamentária dos serviços e se ressalva que os mesmos devem ser reconhecidos tecnicamente no mercado.

SERVIÇOS DE TERCEIROS					
Item	Objeto	Unidade	Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Total
Data show	Aluguel com tela de projeção e som	8	—	120,00 (custo diário por data show)	960,00
Carrinho de pipoca	Aluguel de carrinho de pipoca	5	—	100,00	500,00





Carrinho de algodão doce	Aluguel de carrinho de algodão doce	5	—	100,00	500,00
Carrinho de picolé	Aluguel de carrinho de picolé	5	—	100,00	500,00
Aluguel de mesas/cadeiras	Conjunto de 1 mesa + 4 cadeiras	14	—	9,00 (custo diário por conjunto de mesa/cadeira)	126,00
Empresa técnica especializada na área do curso (gastronomia e segurança alimentar) (Ação 04 - GTR)	1 turma (40h cada / 8h por dia)	5 dias por turma	1.000,00 (valor diário)	5.000,00	5.000,00
Empresa técnica especializada na área do curso (infraestrutura, conservação e zeladoria) (Ação 05 - GTR)	1 turma (40h cada / 8h por dia)	5 dias por turma	1.000,00 (valor diário por turma)	5.000,00	5.000,00
Empresa técnica especializada na área do curso (cuidadores de idosos) (Ação 06 - GTR)	1 turma (40h cada / 8h por dia)	5 dias por turma	1.000,00 (valor diário por turma)	5.000,00	5.000,00
Empresa técnica especializada na área do curso (informática) (Ação 07 GTR)	1 turma (40h cada / 8h por dia)	5 dias por turma	1.000,00 (valor diário por turma)	5.000,00	5.000,00
Total (1)					<u>22.586,00</u>
Despesas Indiretas (2)					<u>5.646,50</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)					982,49
Despesas Financeiras (1%)					225,86
Imprevistos (3%)					677,58
COFINS (3%)					677,58
PIS/PASEP (0,65%)					146,81
ISS (5%)					1.129,30
Lucro (8%)					1.806,88
TOTAL GERAL (1 + 2)					<u>28.232,50</u>

11.1.4 Material de Consumo

Os valores distribuídos nos quadros abaixo são concernentes aos materiais de consumo necessários à execução das atividades compatíveis com os eixos MOC, ESA e GTR. Os valores referentes aos materiais são para a utilização nos 12 (doze) meses de execução do Projeto de Trabalho Social.





MATERIAL DE CONSUMO - MOC	
Ação	Valor Total (R\$)
Ação 1	1.306,14
Ação 2	148,80
Ação 3	486,00
Ação 4	26,70
Ação 5	948,30
Ação 6	3.163,30
Ação 7	2.342,15
Total (1)	<u>8.421,39</u>
Despesas Indiretas (2)	<u>2.105,35</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	366,33
Despesas Financeiras (1%)	84,21
Imprevistos (3%)	252,64
COFINS (3%)	252,64
PIS/PASEP (0,65%)	54,74
ISS (5%)	421,07
Lucro (8%)	673,71
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>10.526,74</u>

MATERIAL DE CONSUMO - ESA	
Ação	Valor Total
Ação 1	544,50
Ação 2	1.457,05
Ação 3	673,90
Ação 4	1.811,37
Total (1)	<u>4.486,82</u>
Despesas Indiretas (2)	<u>1.121,71</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	195,18
Despesas Financeiras (1%)	44,87
Imprevistos (3%)	134,60
COFINS (3%)	134,60
PIS/PASEP (0,65%)	29,16
ISS (5%)	224,34
Lucro (8%)	358,95
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>5.608,53</u>





MATERIAL DE CONSUMO - GTR	
Ação	Valor Total
Ação 1	343,95
Ação 2	434,65
Ação 3	858,45
Ação 4	1.441,15
Ação 5	2.075,65
Ação 6	1.448,65
Ação 7	869,65
Total (1)	<u>7.472,15</u>
Despesas Indiretas (2)	<u>1.868,04</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	325,04
Despesas Financeiras (1%)	74,72
Imprevistos (3%)	224,16
COFINS (3%)	224,16
PIS/PASEP (0,65%)	48,57
ISS (5%)	373,61
Lucro (8%)	597,77
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>9.340,19</u>

12 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma de execução (ANEXO E) apresenta as 64 (sessenta e sete) ações previstas para os eixos MOC, ESA e GTR, bem como o quantitativo de atividades a serem distribuídos nos 12 (doze) meses de execução do Trabalho Social.

As ações do MOC previstas são ao todo 07 (sete) e devem ser subdivididas ao longo dos meses totalizando 46 (quarenta e seis) atividades. Já o eixo ESA possui 04 (quatro) ações que ao serem divididas ao longo dos meses totalizam 08 (oito) atividades. Por fim, o GTR compreende 07 (sete) ações que são subdivididas em 10 (dez) atividades que promovem iniciativas de geração de trabalho e renda.



13 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

O cronograma físico financeiro (ANEXO F) é referente aos recursos contratados para o PTS, vinculado as atividades previstas para os eixos MOC, ESA e GTR, a serem distribuído nos 12 (doze) meses de execução. As despesas indiretas estão consideradas nos valores apontados e limitadas a 25% (vinte e cinco por cento). Ressalta-se que as despesas indiretas são referentes à: 4,35% de despesas operacionais administrativas, 1% de despesas financeiras, 3% de imprevistos, 3% de COFINS, 3% de PIS/PASEP, 5% de ISS e 8% de lucro.

14 DISCRIMINAÇÃO FINANCEIRA DAS ATIVIDADES

Convém esclarecer frente à discriminação financeira das atividades que os lanches ofertados devam seguir o padrão de suco de caixinha de 200ml ou refrigerante de 250 ml, com sanduíche misto ou cachorro quente, estes contendo data de fabricação e validade conforme orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Caso haja a necessidade de mudança do tipo do lanche, isto deve ocorrer de forma antecipada e em comum acordo com a Unidade Executora Municipal.

EIXO MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (MOC)

01. Oficina de apresentação da equipe técnica que executará as atividades do Trabalho Social, bem como expor as ações que estão contempladas nos eixos a serem trabalhados.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	120	2,50	300,00
Convite P/B	Unid	120	0,12	14,40
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Cópia simples	Unid	240	0,12	28,80
Grampeador*	Unid	1	15,15	15,15
Clipes pequenos*	Caixa	6	1,70	10,20
Clipes grandes*	Caixa	6	2,10	12,60
Grampos*	Caixa	4	3,20	12,80
Extrator de grampo*	Unid	1	2,61	2,61
Cola branca (500g)*	Unid	2	7,99	15,98





Fita adesiva (durex)*	Unid	2	2,12	4,24
Cartucho colorido*	Unid	5	29,90	149,50
Cartucho P/B*	Unid	10	47,10	471,00
Régua*	Unid	1	1,71	1,71
Perfurador*	Unid	1	5,40	5,40
Marca texto*	Caixa	1	15,00	15,00
Lápis*	Caixa	1	20,90	20,90
Borracha*	Unid	4	3,40	13,60
Apontador*	Unid	2	1,90	3,80
Corretivo*	Unid	2	2,40	4,80
Caneta esferográfica*	Caixa	2	25,00	50,00
Crachá*	Unid	4	3,50	14,00
Pen drive*	Unid	2	17,00	34,00
Papel A4*	Resma	5	16,70	83,50
Almofada para carimbo*	Unid	1	3,40	3,40
Total material de consumo (1)				<u>1.306,14</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Data show (aluguel com tela de projeção e som)	Unid	1	120,00	120,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>120,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	3	1	46,04	138,12
Assistente Social III	3	1	46,04	138,12
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (3)				<u>629,57</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>2.055,71</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>513,93</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				89,42
Despesas Financeiras (1%)				20,56
Imprevistos (3%)				61,67
COFINS (3%)				61,67
PIS/PASEP (0,65%)				13,36
ISS (5%)				102,79
Lucro (8%)				164,46
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>2.569,64</u>

* Material reutilizável nas demais atividades.

** Esta atividade contará com o apoio da Unidade Executora Local (UEL).

02. Oficinas de capacitação acerca da organização e gestão comunitária com as lideranças representativas do Residencial.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	30	2,50	75,00





Papel sulfite colorido (100 folhas)	Unid	1	3,70	3,70
Aluguel de vídeo educativo	Unid	2	4,50	9,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cartilha informativa	Unid	10	2,35	23,50
Cópia simples	Unid	30	0,12	3,60
Convite colorido	Unid	30	0,30	9,00
Total material de consumo (1)				<u>148,80</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Data show (aluguel com tela de projeção e som)	Unid	2	120,00	240,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>240,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	12	1	46,04	552,48
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (3)				<u>905,81</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>1.294,61</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>323,65</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				56,32
Despesas Financeiras (1%)				12,95
Imprevistos (3%)				38,84
COFINS (3%)				38,84
PIS/PASEP (0,65%)				8,41
ISS (5%)				64,73
Lucro (8%)				103,57
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>1.618,26</u>

03. Plantão social (pouso quinzenal no Residencial).

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	360	1,25	450,00
Livro de ata	Unid	2	6,00	12,00
Cópia simples	Unid	200	0,12	24,00
Total material de consumo (1)				<u>486,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	50	1	46,04	2.302,00
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (2)				<u>2.655,33</u>
Total (1 + 2)				<u>3.141,33</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>785,33</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				136,65
Despesas Financeiras (1%)				31,41





Imprevistos (3%)				94,24
COFINS (3%)				94,24
PIS/PASEP (0,65%)				20,42
ISS (5%)				157,07
Lucro (8%)				251,31
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>3.926,66</u>

04. Participação nas atividades de gestão condominial.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Caneta esferográfica	Unid	10	1,00	10,00
Papel A4	Resma	1	16,70	16,70
Total material de consumo (1)				<u>26,70</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	15	1	46,04	690,60
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (2)				<u>1.043,93</u>
Total (1 + 2)				<u>1.070,63</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>267,66</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				46,57
Despesas Financeiras (1%)				10,71
Imprevistos (3%)				32,12
COFINS (3%)				32,12
PIS/PASEP (0,65%)				6,96
ISS (5%)				53,53
Lucro (8%)				85,65
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>1.338,29</u>

05. Reunião das famílias beneficiadas com os gestores dos equipamentos públicos para esclarecimentos acerca da gestão, do acesso e serviços disponíveis.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	240	2,50	600,00
Cartaz colorido	Unid	30	1,25	37,50
Cartilha informativa	Unid	120	2,35	282,00
Convite P/B	Unid	240	0,12	28,80
Total material de consumo (1)				<u>948,30</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Data show (aluguel com tela de projeção e som)	Unid	2	120,00	240,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>240,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total





Técnico Social II	8	1	46,04	368,32
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (3)				<u>721,65</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>1.909,95</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>477,49</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				83,08
Despesas Financeiras (1%)				19,10
Imprevistos (3%)				57,30
COFINS (3%)				57,30
PIS/PASEP (0,65%)				12,41
ISS (5%)				95,50
Lucro (8%)				152,80
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>2.387,44</u>

06. Ação de Cidadania com a oferta de serviços em articulação com instituições parceiras públicas e privadas.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	480	2,50	1.200,00
Cartaz colorido	Unid	30	1,25	37,50
Cópias simples	Unid	240	0,12	28,80
Camisas	Unid	120	9,00	1.080,00
Balão	Pacote	10	3,25	32,50
Fita adesiva	Unid	2	4,75	9,50
Bandeirinhas	Pct	10	2,50	25,00
Lanche	Unid	300	2,50	750,00
Total material de consumo (1)				<u>3.163,30</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de mesas/cadeiras (conjunto 1 mesa + 4 cadeiras)	Unid	8	9,00	72,00
Aluguel de carrinho de picolé	Unid	2	100,00	200,00
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	100,00	200,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	2	100,00	200,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>672,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	10	1	46,04	460,40
Assistente Social III	10	1	46,04	460,40
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (3)				<u>1.274,13</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>5.109,43</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.277,36</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				222,26





Despesas Financeiras (1%)	51,09
Imprevistos (3%)	153,28
COFINS (3%)	153,28
PIS/PASEP (0,65%)	33,21
ISS (5%)	255,47
Lucro (8%)	408,75
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)	6.386,79

07. Avaliação de satisfação posterior às atividades realizadas pelo Trabalho Social, através de instrumental próprio para posterior apresentação dos dados coletados.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	600	2,50	1.500,00
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Cópias simples	Unid	120	0,12	14,40
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Pasta A-Z	Unid	15	1,05	15,75
Cópias do instrumental de avaliação	Unid	120	0,35	42,00
Banner	Unid	1	30,00	30,00
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Barbante	Rolo	1	6,50	6,50
Bandeirinhas	Pct	10	2,50	25,00
Bonés	Unid	120	5,50	660,00
Total material de consumo (1)				2.342,15
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Data show (aluguel com tela de projeção e som)	Unid	1	120,00	120,00
Aluguel de carrinho de picolé	Unid	1	100,00	100,00
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	1	100,00	100,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	1	100,00	100,00
Total serviços de terceiros (2)				420,00
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	24	1	46,04	1.104,96
Assistente Social III	24	1	46,04	1.104,96
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (3)				2.563,25
Total (1 + 2 + 3)				5.325,40
Despesas Indiretas (4)				1.331,35
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				231,65
Despesas Financeiras (1%)				53,25
Imprevistos (3%)				159,76
COFINS (3%)				159,76





PIS/PASEP (0,65%)				34,62
ISS (5%)				266,27
Lucro (8%)				426,03
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>6.656,75</u>

EIXO EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL

01. Oficinas sobre a gestão de resíduos sólidos.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	150	2,50	375,00
Convite P/B	Unid	120	0,12	14,40
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Cópia simples	Unid	240	0,12	28,80
Papel madeira	Unid	20	0,60	12,00
Canetinha	Pacote	4	3,95	15,80
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Caneta esferográfica	Caixa	3	25,00	75,00
Total material de consumo (1)				<u>544,50</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	20	1	46,04	920,80
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (2)				<u>1.274,13</u>
Total (1 + 2)				<u>1.818,63</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>454,66</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				79,11
Despesas Financeiras (1%)				18,19
Imprevistos (3%)				54,56
COFINS (3%)				54,56
PIS/PASEP (0,65%)				11,82
ISS (5%)				90,93
Lucro (8%)				145,49
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>2.273,29</u>

02. Plantio de árvores.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	240	2,50	600,00
Água mineral	Copo	120	0,65	78,00
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Cópia simples	Unid	240	0,12	28,80





Bonés	Unid	120	5,50	660,00
Balão	Pacote	20	3,25	65,00
Barbante	Rolo	1	6,50	6,50
Total material de consumo (1)				<u>1.457,05</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de carrinho de picolé	Unid	2	100,00	200,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>200,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	10	1	46,04	460,40
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (3)				<u>813,73</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>2.470,78</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>617,70</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				107,48
Despesas Financeiras (1%)				24,71
Imprevistos (3%)				74,12
COFINS (3%)				74,12
PIS/PASEP (0,65%)				16,06
ISS (5%)				123,54
Lucro (8%)				197,66
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>3.088,48</u>

03. Oficinas sócio-educativas sobre "Álcool, crack e outras drogas" com os adolescentes do Residencial.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	120	2,50	300,00
Convite P/B	Unid	120	0,12	14,40
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Aluguel de vídeo educativo	Unid	2	4,50	9,00
Cartilha informativa	Unid	120	2,35	282,00
Papel sulfite colorido (100 folhas)	Unid	1	3,70	3,70
Cópia simples	Unid	120	0,12	14,40
Papel madeira	Unid	10	0,60	6,00
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Balão	Pacote	4	3,25	13,00
Canetinha	Pacote	2	3,95	7,90
Total material de consumo (1)				<u>673,90</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Data show (aluguel com tela de projeção e som)	Unid	2	120,00	240,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>240,00</u>





Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	12	1	46,04	552,48
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (3)				<u>905,81</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>1.819,71</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>454,93</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				79,16
Despesas Financeiras (1%)				18,20
Imprevistos (3%)				54,59
COFINS (3%)				54,59
PIS/PASEP (0,65%)				11,83
ISS (5%)				90,99
Lucro (8%)				145,58
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>2.274,64</u>

04. Campanha educativa de vacinação.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	300	2,50	750,00
Balão	Pacote	10	3,25	32,50
Cartilha informativa	Unid	120	2,35	282,00
Brinde	Unid	120	5,00	600,00
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Cópia simples	Unid	276	0,12	33,12
Papel madeira	Unid	10	0,60	6,00
Lápis de cor	Caixa	10	3,50	35,00
Papel sulfite branco (100 folhas)	Unid	2	3,50	7,00
Pincel atômico	Unid	3	2,50	7,50
Canetinha	Pacote	10	3,95	39,50
Total material de consumo (1)				<u>1.811,37</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de mesas/cadeiras (conjunto 1 mesa + 4 cadeiras)	Unid	6	9,00	54,00
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	100,00	200,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	2	100,00	200,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>454,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	14	1	46,04	644,56
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (3)				<u>997,89</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>3.263,26</u>





Despesas Indiretas (4)				815,82
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				141,95
Despesas Financeiras (1%)				32,63
Imprevistos (3%)				97,90
COFINS (3%)				97,90
PIS/PASEP (0,65%)				21,21
ISS (5%)				163,16
Lucro (8%)				261,06
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				4.079,08

EIXO GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

01. Oficina de apresentação dos programas, projetos e benefícios disponibilizados pelo Cadastro Único, de acordo com os critérios estabelecidos para atendimento em cada quesito.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartilha informativa	Unid	120	2,35	282,00
Convite P/B	Unid	120	0,12	14,40
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Cópia simples	Unid	240	0,12	28,80
Total material de consumo (1)				343,95
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	8	1	46,04	368,32
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (2)				721,65
Total (1 + 2)				1.065,60
Despesas Indiretas (3)				266,40
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				46,35
Despesas Financeiras (1%)				10,66
Imprevistos (3%)				31,97
COFINS (3%)				31,97
PIS/PASEP (0,65%)				6,93
ISS (5%)				53,28
Lucro (8%)				85,25
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				1.332,00

02. Oficinas de apresentação e sensibilização para o engajamento nos programas educacionais: EJA, PROJOVEM, Ensino Regular, PROUNI.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75



Cópia simples	Unid	240	0,12	28,80
Convite P/B	Unid	60	0,12	7,20
Lanche	Unid	120	2,50	300,00
Papel sulfite colorido (100 folhas)	Unid	2	3,70	7,40
Caneta esferográfica	Caixa	2	25,00	50,00
Papel madeira	Unid	10	0,60	6,00
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Pincel atômico	Unid	3	2,50	7,50
Tesoura	Unid	5	0,85	4,25
Total material de consumo (1)				<u>434,65</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	6	1	46,04	276,24
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (2)				<u>629,57</u>
Total (1 + 2)				<u>1.064,22</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>266,06</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				46,29
Despesas Financeiras (1%)				10,64
Imprevistos (3%)				31,93
COFINS (3%)				31,93
PIS/PASEP (0,65%)				6,92
ISS (5%)				53,21
Lucro (8%)				85,14
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>1.330,28</u>

03. Oficinas dialogadas de economia doméstica e financeira (abordagem de questões relacionadas à organização e rotinas domésticas, uso e aplicação do dinheiro, organização e planejamento da vida financeira).

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	120	2,50	300,00
Convite P/B	Unid	120	0,12	14,40
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Bloco para anotações	Unid	120	1,20	144,00
Aluguel de vídeo educativo	Unid	4	4,50	18,00
Papel madeira	Unid	10	0,60	6,00
Pincel atômico	Unid	2	2,50	5,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cartilha informativa	Unid	120	2,35	282,00
Fita adesiva	Unid	2	4,75	9,50
Cópia simples	Unid	240	0,12	28,80
Papel sulfite branco (100 folhas)	Unid	2	3,50	7,00





Total material de consumo (1)				858,45
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	18	1	46,04	828,72
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (2)				1.182,05
Total (1 + 2)				2.040,50
Despesas Indiretas (3)				510,13
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				88,76
Despesas Financeiras (1%)				20,41
Imprevistos (3%)				61,22
COFINS (3%)				61,22
PIS/PASEP (0,65%)				13,26
ISS (5%)				102,03
Lucro (8%)				163,24
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				2.550,63

04. Curso profissionalizante nas área de gastronomia e segurança alimentar.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Cópia simples	Unid	120	0,12	14,40
Pasta	Unid	30	0,95	28,50
Camisas	Unid	30	9,00	270,00
Kit (1 avental, 1 touca e 2 pegadores)	kit	30	32,45	973,50
Bloco para anotações	Unid	30	1,20	36,00
Certificado	Unid	30	2,50	75,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Total material de consumo (1)				1.441,15
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	1	5.000,00	5.000,00
Total serviços de terceiros (2)				5.000,00
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	18	1	46,04	828,72
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (3)				1.182,05
Total (1 + 2 + 3)				7.623,20
Despesas Indiretas (4)				1.905,80
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				331,61
Despesas Financeiras (1%)				76,23
Imprevistos (3%)				228,70





COFINS (3%)				228,70
PIS/PASEP (0,65%)				49,55
ISS (5%)				381,16
Lucro (8%)				609,86
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>9.529,00</u>

05. Curso profissionalizante na áreas de infraestrutura, conservação e zeladoria.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Cópia simples	Unid	120	0,12	14,40
Pasta	Unid	30	0,95	28,50
Camisas	Unid	30	9,00	270,00
Bloco para anotações	Unid	30	1,20	36,00
Kit de EPI (calçado, luva de raspa, óculos e protetor auricular)	Kit	30	53,60	1.608,00
Certificado	Unid	30	2,50	75,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Total material de consumo (1)				<u>2.075,65</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	1	5.000,00	5.000,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>5.000,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	18	1	46,04	828,72
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (3)				<u>1.182,05</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>8.257,70</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>2.064,43</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				359,21
Despesas Financeiras (1%)				82,58
Imprevistos (3%)				247,73
COFINS (3%)				247,73
PIS/PASEP (0,65%)				53,68
ISS (5%)				412,89
Lucro (8%)				660,62
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>10.322,13</u>

06. Curso profissionalizante na área de cuidados (cuidadores de idosos).

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Cópia simples	Unid	120	0,12	14,40
Pasta	Unid	30	0,95	28,50





Kit de primeiros socorros (algodão, termômetro, luvas de látex, tesoura, gases esterilizadas, fita adesiva, atadura, pinça)	Kit	30	32,70	981,00
Camisas	Unid	30	9,00	270,00
Bloco para anotações	Unid	30	1,20	36,00
Certificado	Unid	30	2,50	75,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Total material de consumo (1)				<u>1.448,65</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	1	5.000,00	5.000,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>5.000,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	18	1	46,04	828,72
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (3)				<u>1.182,05</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>7.630,70</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.907,68</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				331,94
Despesas Financeiras (1%)				76,31
Imprevistos (3%)				228,92
COFINS (3%)				228,92
PIS/PASEP (0,65%)				49,60
ISS (5%)				381,54
Lucro (8%)				610,46
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>9.538,38</u>

07. Curso profissionalizante na área de informática.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Cópia simples	Unid	120	0,12	14,40
Pen drive	Unid	30	14,60	438,00
Pasta	Unid	30	0,95	28,50
Camisas	Unid	30	9,00	270,00
Certificado	Unid	30	2,50	75,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Total material de consumo (1)				<u>869,65</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	1	5.000,00	5.000,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>5.000,00</u>





Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	18	1	46,04	828,72
Locação de veículo	—	1	—	353,33
Total recursos humanos (3)				<u>1.182,05</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>7.051,70</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.762,93</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				306,75
Despesas Financeiras (1%)				70,52
Imprevistos (3%)				211,55
COFINS (3%)				211,55
PIS/PASEP (0,65%)				45,84
ISS (5%)				352,59
Lucro (8%)				564,14
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>8.814,63</u>

15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da relevância do Trabalho Social sobre a vida das pessoas beneficiadas nos empreendimentos de interesse social conforme vislumbrado na nova perspectiva da questão habitacional e como estabelecido pelas políticas habitacionais vigentes, particularmente dentro do PMCMV, o Trabalho Social passa a ser visto como parte integrante e indispensável na implementação de grandes projetos arquitetônicos, pois o mesmo possui como horizonte a perspectiva de valorização da autonomia e do protagonismo dos beneficiários em todo o processo, adequando bens e serviços propostos às necessidades e a realidade das famílias em questão.

Com este objetivo fim é que nos propomos a elaborar o presente Projeto de Trabalho Social – PTS que norteará as ações previstas para serem executadas junto a população beneficiária no Residencial São Domingos, para tanto estas foram pensadas e formuladas com base no perfil e nas particularidades existentes no mesmo, em anexo seguem as planilhas com a descrição das atividades, cronograma de execução destas e cronograma físico-financeiro e de desembolso das despesas, total, por eixos e por atividades.





Após o decurso de tempo, empenho e planejamento objetivando preparar o presente projeto espera-se que o Trabalho Social proposto para ser executado junto aos moradores do Residencial São Domingos cumpra seus objetivos, atinja suas metas, seja satisfatório e bem aceito e que impacte positivamente nas famílias envolvidas deixando frutos duradouros e efeitos permanentes em suas vidas.

Andreia Cavalcanti Coelho de Almeida
Assistente Social/HABITAFOR
CRESS nº 4504 3ª região CE

George Mirson Sousa Vidal
Coordenador do Núcleo Social do PMCMV/HABITAFOR





ANEXOS





ANEXO A

(Ofício nº 1245/2014)





ANEXO B

(Resolução nº 47 de 27/08/2013)





ANEXO C

(Declaração de capacidade técnica)





ANEXO D

(Cronograma de Atividades)





ANEXO E

(Cronograma de Execução)





ANEXO F

(Cronograma Físico Financeiro)



